

Primeira Parte

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA

I – A Cafeicultura

O Município de Sertãozinho surgiu na confluência de vários processos combinados: a expansão acelerada da cafeicultura ao longo do oeste paulista; o declínio final do regime de trabalho escravo; a aceitação, generalização e valorização positiva do regime de trabalho livre; a imigração de trabalhadores europeus, principalmente italianos, para trabalhar nos cafezais. À medida que a formação social capitalista se constituía e generalizava, com base na forma de trabalho fornecida pelo trabalhador livre, extinguiu-se a escravatura, intensificava-se a imigração de trabalhadores e expandiam-se os cafezais. Sertãozinho formou-se com a expansão do capitalismo no mundo agrário. E exprimiu bastante bem o caráter da economia e sociedade construídas pela cafeicultura no oeste paulista.

Sertãozinho formou-se nos quadros da grande expansão cafeeira de fins do século XIX e primeiros décadas do século XX. Em Sertãozinho, o ciclo do café começou em torno de 1880 e encerrou-se cerca de 1930. Ao longo dessa época, naturalmente houve altos e baixos na vida econômica de Sertãozinho. Houve crises de superprodução, geadas, secas e empobrecimento das terras, que afetaram mais ou menos seriamente a sua cafeicultura. Em certos momentos, iniciaram-se ou desenvolveram-se culturas tais como a do algodão e a da cana-de-açúcar, além de outras. Inclusive iniciaram-se ou desenvolveram-se algumas atividades artesanais e fabris, principalmente relacionadas com a produção e reparação de instrumentos e equipamentos necessários à produção agrícola. Formou-se e desenvolveu-se o setor de serviços, transporte e comércio, para atender aos grupos sociais mais ou menos vinculados ao mundo agrário. Em 1900, a população do Município de Sertãozinho alcançava um total de 10.940 pessoas; em 1920 essa população chegava a 30.517. Em 1940, devido a desmembramentos havidos no Município e também por causa das mudanças em curso na vida econômica local, a população reduziu-se a 21.290¹. No conjunto, no entanto, entre os anos 1880 e 1930 o Município de Sertãozinho esteve bastante influenciado pela cafeicultura.

Antes de 1880, houve alguns cafezais na área; mas houve também gado e plantações de gênero alimentícios. Ao lado de grandes propriedades inexploradas, ou pouco exploradas, havia sítios e propriedades médias. A área fora ocupada, desde meados do Século XIX, por criadores, agricultores e comerciantes de terras vindos do oeste paulista, das vizinhanças de Minas Gerais e de outras partes. Nas primeiras épocas da ocupação das terras da área, quando Sertãozinho foi fazenda, arraial, freguesia e distrito de paz de Ribeirão Preto, houve aí uma economia agropecuária diversificada e pouco vinculada ao mercado. Na década dos oitenta, o café tomou conta da vida econômica da área que passou a fazer parte do Município de Sertãozinho; da mesma forma que já tomara conta, ou estava tomando conta,

das terras devolutas, fazendas e sítios em toda região que circunda Ribeirão Preto. Esse é o contexto em que surge o Município de Sertãozinho.

O Município de Sertãozinho surge no contexto histórico que poderíamos denominar um "segundo oeste paulista", em alusão ao primeiro oeste paulista centrado em Campinas. Sim, em termos históricos houve um oeste paulista que englobava cidades como Campinas, Itu, Limeira e outras. Esse foi o oeste que influenciou decisivamente a política de substituição do trabalho escravo pelo livre e a queda da Monarquia. Foi principalmente a burguesia agrária dessa área que realizou a Convenção Republicana de Itu (1873), participou da abolição da escravatura (1888) e acabou assumindo o poder republicano depois da queda da Monarquia (1889). Campinas era a cidade mais importante desse oeste paulista, por sua produção cafeeira e população. "É de Campinas... que parte a expansão cafeeira que se alastrará pelo oeste paulista"². Nesta cidade, em 1872, chegaram os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. O "segundo oeste" paulista (a rigor ao norte do Estado de São Paulo), ao qual pertence Sertãozinho, pode ser centrado em Ribeirão Preto, onde a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro chegou em 1883. "O café de Ribeirão Preto (centro da região) se torna mundialmente famoso"³. Em 1898 um ramal da Mogiana alcança Sertãozinho, colocando a sua cafeicultura e a sua vida econômica, política e social em contato rápido e permanente com os centros dinâmicos da economia do café. Esta nova região cafeeira já é beneficiária da extinção da escravatura, da proclamação da República, da expansão ferroviária e da imigração européia estimulada e orientada em grande parte pela burguesia que se havia organizado econômica e politicamente com base no primeiro oeste paulista. À medida que a fronteira econômica caminhava para o oeste e o norte, plantando cafezais, plantavam-se fazendas, sedes de fazendas, colônias, vilas e cidades.

Sertãozinho tornou-se município nesse contexto histórico-geográfico, em 1896, ao desmembrar-se de Ribeirão Preto. Nesse momento, é um município plantado de fazendas de café, nas quais passa a predominar o imigrante italiano.

A marcha do café, ao longo do oeste e norte paulistas, formou fazendas e cafezais, colônias e casas grandes, vilas e cidades. Toda uma sociedade agrária de base capitalista formou-se na região. Desde fins do Século XIX e ao longo das três primeiras décadas do século XX, a produção cafeeira predominou sobre todas as outras (algodão, cana, gêneros alimentícios etc.) e marcou decisivamente a vida econômica, política e cultural do Município de Sertãozinho. De acordo com a crônica do lugar, foi aí que surgiram os principais reis do café brasileiro: Henrique Dumont, Francisco Schmidt e Geremia Lunardelli. Conforme escreveu Roberto C. Simonsen: "A penetração da Mogiana para além de Casa Branca abriu à exploração a extraordinária gleba de terra roxa de Ribeirão Preto, onde se verificou a maior produtividade até então registrada, estendeu-se os cafezais, dentro em pouco, por São Simão, Cravinhos, Sertãozinho e Ribeirão Preto. Formaram-se, nessa zona, as grandes fazendas dos Francisco Schmidt, dos Dumont, dos Prado, em Guataparã e São Martinho, dos Junqueira, dos Cunha Bueno, dos Lacerda Soares, e de tantos outros eminentes lavradores paulistas"⁴. De acordo com o relato de Antonio Furlan Junior; "presume-se que a Fazenda mais antiga de café em terras de Sertãozinho tenha sido a Fazenda Santa Maria (atual São Martinho). Foi aberta pelo Capitão Gabriel Junqueira antes de 1870, pois deixou por ocasião do seu falecimento em 1873, perto de 70.000 pés de café já formados, que chegaram a produzir naquela época 400 arrobas por mil pés"⁵.

À medida que avançava, a monocultura cafeeira provocava a reorganização e a dinamização das forças produtivas. Ao mesmo tempo que se instaurava o regime do trabalho livre, criava-se o mercado local, vinculado ao da região e aos centros dinâmicos do país. Nesse processo, a terra devoluta é transformada em propriedade privada. Os artigos publicados por Luis Pereira Barreto e Martinho Prado Junior, sobre as excelências da terra roxa de Sertãozinho e outros lugares do segundo oeste paulista faziam parte do processo de transformação da terra devoluta em elemento da empresa agrícola. Simultaneamente, à medida que avançava a monocultura cafeeira, ocorria a ocupação ou concentração da propriedade fundiária. Nas fazendas de café, as quantidades se medem por milhares e milhões os alqueires de terra, os pés de café, as sacas produzidas, os colonos importados. "Os cafeicultores, no incontido entusiasmo de estender seus cafezais, iam adquirindo os sítios vizinhos e as terras confrontantes. Foi assim que as pequenas propriedades foram diminuindo para se incorporarem na formação de médias e grandes fazendas. No decurso dos anos

de 1880 a 1890, o maior comprador de terras e de pequenas propriedades foi o Dr. Henrique Dumont, no princípio e depois a Cia. Agrícola Fazendas Dumont. . . De 1890 a 1900 o maior comprador de terras e pequenos sítios de diversos proprietários foi o Cel. Francisco Schmidt", que comprou pelo menos onze fazendas. Em 1917, a maior proprietária de cafezais era a Cia. Agrícola Francisco Schmidt, com 3.575.128 pés de café. "Naquela época, a cultura cafeeira de Sertãozinho estava indiscutivelmente ligada aos nomes do Cel. Francisco Schmidt, Cia. Agrícola Fazendas Dumont e Cia Agrícola Martinho Prado. Estas 3 firmas perfaziam a soma de 8.420.971 cafeeiros, 50% da cultura cafeeira do Município"⁶. Como sugerem esses dados, à medida que avançava a monocultura cafeeira, ocorria a ocupação e concentração da propriedade fundiária e a formação de grandes empresas agrícolas. À medida que avançava a monocultura cafeeira, ocorriam esses dois processos simultâneos, no tocante à propriedade da terra. Por um lado, as fazendas de café eram formadas pela compra ou anexação de sítios e fazendas preexistentes no lugar. Criadores e agricultores, grandes ou pequenos, eram induzidos a vender, entregar ou converter suas terras em cafezais. Nesse sentido, houve alguma concentração da propriedade fundiária. Por outro lado, a cafeicultura propiciou a apropriação privada das terras devolutas disponíveis na região. Mas essa apropriação, em geral, foi realizada por meio da compra das terras.

A propósito das terras devolutas, a legislação do Império cuidava que as terras não estivessem demasiado disponíveis a quaisquer interessados. Houve a preocupação de encarecê-las, para evitar que os trabalhadores livres viessem a tornar-se facilmente proprietários, fugindo assim à condição de vendedores de força de trabalho. Já em 1842, uma recomendação governamental sugeriu que era necessário tornar mais custosa a aquisição de terras, a fim de fixar trabalhadores livres nas plantações. "Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que de ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se conseqüentemente a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário"⁷. O espírito e a letra dessa recomendação foram adotados pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que esteve na base de todo o processo de imigração e colonização havida no país durante a segunda metade do século XIX; em especial até a queda do governo monárquico. Conforme estabelecem dois artigos dessa lei: "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra" (Art. 19). "Fica o governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública, ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta à venda. . ." (Art. 14)⁸. A mesma lei especifica: "O governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro, certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem" (Art. 18). "O produto dos direitos de chancelaria e da venda das terras. . . será exclusivamente aplicado, 1º à ulterior medição das terras devolutas, e 2º à importação de colonos livres, conforme artigo precedente" (Art. 19)⁹. Quanto ao preço da terra, essa lei estabelece que os lotes e as sobras de terras "serão vendidos separadamente sobre o preço mínimo, fixado antecipadamente e pago à vista, de meio real, um real, real e meio, e dois réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras" (Art. 14, § 2)¹⁰. "Preço que é, aliás, segundo Varnhagen, muito elevado comparativamente ao das terras particulares"¹¹.

Foram essas, em forma breve, as condições sob as quais estabeleceu-se a cafeicultura em Sertãozinho. Pouco a pouco, as terras foram ocupadas ou compradas, criando-se aí grandes fazendas de café. A cafeicultura transformou terras devolutas, ou sítios e fazendas de gado e culturas diversas, em cafezais.

Na forma intensa e generalizada em que se deu, a expansão da cafeicultura fez aumentar bastante o preço das melhores terras agricultáveis. Em especial, cresceu o preço da terra melhor para o plantio do café. Principalmente nas épocas de prosperidade dos negócios do café, o preço da terra situava-se além da capacidade aquisitiva do assalariado agrícola, colono ou não. "A febre das plantações de café teve como primeira conseqüência a elevação do preço das terras. Ora, a

pequena propriedade não pôde constituir-se senão depois que a terra se tornou barata. A alta do preço das terras ultrapassou todas as medidas. . . Fora das toalhas de terra violeta, férteis e das mais cobiçadas, os preços baixam; conservam-se, entretanto, dez vezes mais caros do que nos outros pontos do Brasil meridional. . . O preço de compra de um domínio de 25 hectares, no qual possa viver uma família, excede os recursos da maioria dos colonos; devem renunciar a ser proprietários¹². Conforme diz um relatório do Ministério da Agricultura, em 1901: "É preciso prender o imigrante ao solo. . . mas é preciso fazer isso de modo a deixá-lo à disposição da grande cultura para quando tenha necessidade dos seus braços"¹³. Além do mais, havia pouca informação sobre as terras à venda. Talvez houvesse certo monopólio das informações por parte dos próprios fazendeiros e funcionários do governo. Conforme escreveu em 1887 Alfredo d'Escagnolle Taunay, então vice-presidente da Sociedade Central de Imigração: "Nada existe feito na Repartição de Terras para que um estrangeiro consiga ter a mínima informação sobre a possibilidade de adquirir propriedade, de maior ou menor extensão"¹⁴.

Esse foi o contexto econômico-social no qual o *imigrante* se transformou em *colono*, isto é, um tipo especial de trabalhador livre, que vende a sua força de trabalho. Ao mesmo tempo em que se constituía, a cafeicultura do oeste paulista estabelecia uma forma singular de organização social e técnica das relações de produção. A política imigratória paulista visava principalmente produzir braços para a lavoura. Era necessário impedir ou dificultar o acesso desse trabalhador à propriedade da terra. Daí a conveniência de acabar com as doações e as posses espontâneas de terras. Vendê-las, encarecê-las, eram formas de manter o trabalhador sob o mando do fazendeiro. Para manter o trabalhador na fazenda e alimentá-lo, permitiu-se que ele e sua família cultivassem e criassem numa parcela de terra emprestada pelo fazendeiro. O regime de colonato combina o suprimento de gêneros alimentícios e a garantia de certo nível de oferta de mão-de-obra. ". . . Em São Paulo elas [as colônias] foram estabelecidas dentro das zonas cafeeiras, para se tornarem fontes de produtos alimentícios localmente produzidos e de mão-de-obra extra durante o auge da colheita. Em 1899, por exemplo, uma comissão do Senado de São Paulo recomendava que as colônias de imigrantes fossem estabelecidas de tal forma que se tornassem "viveiros" de trabalhadores para as grandes plantações"¹⁵.

A cafeicultura se instala, desde o princípio, como uma economia monetária. Trata-se de uma cultura comercial, ditada principalmente pela demanda internacional de café. O crescente comércio do café gerou nos vários oeste paulistas, e inclusive em Sertãozinho, uma economia relacionada com os centros econômicos dominantes no país e no exterior. Essa condição básica dessa cafeicultura faz com que toda a nova plantação se instale como uma atividade organizada nos moldes capitalistas que estavam regendo a marcha do café nos oeste do Estado de São Paulo. A organização dos negócios do café, desde a apropriação das terras devolutas à venda do produto nos mercados externos, envolvia colonos, fazendeiros, comissários, exportadores e outras categorias sociais. Desse modo, desde o princípio, essa cafeicultura liga de alguma forma a economia local à economia do país e do exterior. Em especial, a economia local constitui-se, desde os seus começos, bastante determinada pelo capital financeiro que comanda os negócios do café. "O café torna-se a base principal da economia monetária: ele requer dinheiro, produz dinheiro e depende do dinheiro. A figura do hipoteca sobre a fazenda, o agente vendedor do café e, naturalmente, o conselheiro do fazendeiro; se ele é rico, mora no estrangeiro ou no Rio, e envolve-se em política; se não pertence à *alta sociedade*, prossegue na vida solitária que seus pais levaram na fazenda. Se ele é fazendeiro pequeno, não tem, naturalmente, contacto com os bancos e exportadores. Em todos os casos, o fazendeiro não pode competir no conhecimento do mecanismo de economia do dinheiro com o comissário, exportadores locais, possuindo melhores informações sobre a situação do café e o mercado de dinheiro. Dessa maneira, os comissários, por serem os agentes dos agricultores, converteram-se nos seus banqueiros. A agricultura tornou-se comercializada"¹⁶.

É claro que esses encadeamentos da economia local com a nacional e a internacional produziam efeitos econômicos correlatos; ou criavam condições econômicas para outras e novas atividades. A condição subalterna da economia local não impedia o desenvolvimento de efeitos e condições dinâmicos que abriam outras perspectivas a essa mesma economia local. Em particular: "O comércio de café alimentava uma série importante de indústrias correlatas de transportes, fabricação de sacas, máquinas agrícolas várias e manipulações intermediárias. Todas elas ganhavam dinheiro e permitiam a formação de grandes fortunas"¹⁷. Pouco a pouco, a cafeicultura criava

subsistemas econômicos locais e regionais, nos quais se configuravam interesses próprios, ainda que sujeitos às influências dos centros decisórios no país e no exterior. Tanto assim que quando a cafeicultura entrou em crise em Sertãozinho, a economia e a sociedade locais já possuíam algum dinamismo próprio para reagir e reconverter as suas atividades. Ao mesmo tempo que se desenvolvia, a economia cafeeira dinamizava as forças produtivas, as relações de produção e a divisão social do trabalho na região.

Notas

- (1) Em 30 de novembro de 1938, pelo Decreto nº 9775, Sertãozinho perdeu o distrito de Pradópolis para o Município de Guariba.
- (2) Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 3ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, p. 169.
- (3) Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 169.
- (4) Roberto C. Simonsen, *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1973, pag. 196.
- (5) Antonio Furlan Junior, *Documentário Histórico de Sertãozinho: 1896-1956*, Ed. Estabelecimento Gráfico Político. Ltda., Sertãozinho, 1956, p. 74.
- (6) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 75.
- (7) Ruy Cirne Lima, *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*, 2ª edição, Livraria Sulina, Porto Alegre, 1954, p. 82.
- (8) Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.
- (9) Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.
- (10) Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.
- (11) Ruy Cirne Lima, *op. cit.* p. 82.
- (12) Pierre Denis, *O Brasil no Século XX*, José Bastos & Cia. Editores, Lisboa, pp. 210-211. Esta edição não indica o nome do tradutor nem a data da publicação. O original, em francês, foi publicado em 1908.
- (13) Pierre Denis, *op. cit.*, p. 215.
- (14) Alfredo d' Escragnoille Taunay, em nota (nº 20) a um texto de Luiz Couty, *Pequena Propriedade e Imigração Europeia*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1887, p. 83. Essa obra foi publicada na coleção intitulada "Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração".
- (15) Thomas H. Holloway, "Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915: Uma análise Preliminar", *Estudos Econômicos*, vol. 2, nº 2, São Paulo, 1972, pp. 145-180; citação da p. 146. Agradeço esta informação bibliográfica a Vinícius Caldeira Brant.
- (16) J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, trad. de Teodoro Quartim Barbosa, Roberto Peake Rodrigues e Laércio Brandão Teixeira, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945, p. 56.
- (17) J. Pandiá Calógeras, *A Política Monetária do Brasil*, trad. de Thomaz Newlands Neto, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960, p. 415.

II – O Escravo e o Imigrante

Mas a história de Sertãozinho não é totalmente isenta de escravaria. Antes da abolição, quando já se formavam fazendas de gado e, depois, de café, houve escravos no lugar. Há indícios de que os escravos havidos em Sertãozinho foram trazidos de outras partes do oeste paulista, das vizinhanças de Minas Gerais e outros lugares, com os primeiros povoadores chegados desde meados do Século XIX. Em Sertãozinho, no começo da cafeicultura, o braço escravo entrou tanto na formação das plantações quanto no seu trato. “Não há negar que as mais antigas fazendas de café deste Município, tais como a Fazenda Iguapé, Fazenda Dumont, Fazenda Santa Maria (hoje São Martinho) se utilizaram do braço escravo em suas aberturas. Henrique Dumont trouxe 80 escravos do Estado de Minas Gerais e do Estado do Rio de Janeiro e alugou 150 outros que o sr. Braz Arruda Barbosa trouxera de Bananal quando em 1870 veio para Ribeirão Preto, onde abriu a Fazenda São José, vizinha à Escola Prática de Agricultura, hoje Faculdade de Medicina”¹. Há outras referências a escravos havidos em Sertãozinho. Depois de lembrar que Luiz Pereira Barreto e Martinho Prado Junior difundiram pela imprensa da então província de São Paulo as virtudes da terra roxa de Ribeirão Preto e Sertãozinho, Antonio Furlan Junior escreve os irmãos Pereira Barreto estiveram ligados à cafeicultura de Sertãozinho. “Da irmandade Pereira Barreto merece especial menção o Cel. José Pereira Barreto, que entre outras fazendas abriu uma que foi entre as primeiras no Município de Sertãozinho, a fazenda Iguapé, que em 1887 já possuía café formado, terreno, máquina de beneficiar café e 12 escravos. Esta fazenda foi mais tarde, em 1879, vendida a Henrique Dumont”². Em 1887, um ano antes da abolição da escravatura, quanto Sertãozinho era distrito do Município de Ribeirão Preto, havia neste Município 1.379 escravos, numa população que totalizava 10.420 habitantes (em 1886). Devido ao predomínio praticante absoluto das atividades agropecuárias sobre as urbanas, essa população escrava distribuía-se da seguinte forma: 18 estavam domiciliados no meio urbano e 1.361 no meio rural. No total da população escrava do Município de Ribeirão Preto, da qual Sertãozinho era distrito, havia maioria de escravos do sexo masculino (784), solteiros (1.198) e com idade abaixo de 40 anos (1.017). De qualquer forma, considerando-se que havia ali uma sociedade pioneira, formando-se com o novo surto de expansão da economia do café, é inegável que a população escrava era reduzida. Ao todo, a população escrava alcançava cerca de 13 por cento dos habitantes do Município³.

Ocorre que a força de trabalho escrava estava sendo substituída pela força de trabalho livre. E a força de trabalho livre estava sendo fornecida principalmente pelo imigrante italiano. Sertãozinho, e o conjunto da área pertencente ao que chamei de segundo oeste paulista, estavam recebendo contingentes cada vez mais numerosos de imigrantes italianos. Os fazendeiros que se instalavam em Sertãozinho, chegavam imbuídos da convicção de que o regime escravista estava no fim. A solução era o aproveitamento do trabalhador imigrante; e a combinação das motivações econômicas dos imigrantes com as suas propiciariam resultados positivos e rápidos. Todo o segundo oeste paulista foi criado, enquanto economia e sociedade, como um segmento da formação social capitalista que sucedia e antepunha-se à formação social escravista em colapso. Nessa região, o término do regime de trabalho escravo não afetou nem o funcionamento nem as perspectivas de expansão das atividades econômicas. Ao escrever sobre a mão-de-obra agrícola em São Paulo, isto é, no oeste paulista, onde se expandia a cafeicultura, Pierre Denis fez a seguinte observação: "Em nenhum país as condições do trabalho agrícola se modificaram tão rapidamente e tão profundamente. A origem destas modificações foi, há vinte anos, a abolição da escravatura. Mas, enquanto que para a maior parte dos países negreiros a libertação dos escravos é uma catástrofe econômica, enquanto noutras províncias brasileiras ela determina uma prostração geral da agricultura, em São Paulo, pelo contrário, é o sinal para um maravilhoso impulso. É em 1888 que efetivamente a abolição da escravatura se decreta, e é de 1888 a 1900 que tem lugar a grande expansão das culturas de café"⁴.

Conforme escreve Antonio Furlan Junior; "todos os maiores cafeicultores de então preferiam o trabalho do imigrante europeu". Devido às condições históricas em que estava ocorrendo a formação econômica e social do segundo oeste paulista, "o trabalho escravo das primitivas fazendas de Sertãozinho foi substituída pelo trabalho livre e remunerado do imigrante italiano"⁵. O próprio Henrique Dumont, que havia trazido escravos para as suas fazendas de Sertãozinho, "trazia levas e mais levas de imigrantes peninsulares"⁶. Foi tão ampla a participação dessa força de trabalho na formação e expansão da economia local, que "Sertãozinho foi construindo e deve quase todo o seu progresso ao imigrante italiano"⁷. Entre 1901 e 1940 entraram em Sertãozinho 18.911 imigrantes e trabalhadores nacionais. É interessante observar que esse contingente entrou na população do Município segundo as exigências da expansão da economia cafeeira. Em 1901-10 entraram ali 2.055 imigrantes e trabalhadores nacionais. Nos anos 1911-20 entraram 6.729 e em 1921-30 chegaram 8.355. Portanto, foi no período 1901-30 que entrou a maioria dos trabalhadores nacionais e estrangeiros no Município de Sertãozinho. Essa foi uma época de amplo predomínio da cafeicultura⁸.

É claro que nem todos os colonos que chegavam às fazendas permaneciam ali. Havia razoável instabilidade e mobilidade dos colonos, por motivos econômicos, sociais e culturais. Havia os que não se adaptavam aos meios e modos de vida com que se defrontavam na fazenda de café. Uns chocavam-se com os valores e padrões de estilo escravocrata que freqüentemente irrompiam nas relações dos fazendeiros e administradores com os colonos e os seus familiares. Outros eram mal pagos pelos fazendeiros. Uns e outros podiam estranhar o monopólio do poder local por parte do fazendeiro. Também havia o interesse do colono por escolas para os filhos. Houve aqueles que procuraram outras fazendas, ou núcleos urbanos, em busca de melhores condições de trabalho e vida. E também os que conseguiam juntar alguma economia, principalmente os de família numerosa e empregada nas fainas dos cafezais. Estes, tornaram-se pequenos proprietários, na agricultura, ou nas vilas e cidades. Alguns voltaram à Itália; outros foram internados em sanatórios e asilos. Todos achavam-se em processo de ressocialização e assimilação; ou passaram pelo choque cultural; ou perderam-se nele. No conjunto, era bastante instável e móvel a população dos colonos que trabalhavam os cafezais. Inclusive os trabalhadores nacionais negros e brancos, eram bastante instáveis nas fazendas. "No caso das nossas fazendas de café, foi espantosa a instabilidade dos seus operários agrícolas, fossem eles negros libertos, luso-brasileiros ou italianos. Custa-se a crer como a fazenda de café conseguiu lutar e, durante um certo tempo, vencer uma tal situação. Essa instabilidade explica a luta dos fazendeiros para que sempre chegassem ao Brasil novos imigrantes. Era necessário que o seu número fosse muito acima das necessidades reais da lavoura, que a oferta de mão-de-obra excedesse de muito à procura, a fim de que os "colonos" se contentassem com salários razoáveis e pudessem também ser substituídos com facilidade"⁹. Mas as condições econômicas em que eram postos os colonos sobrepujam as condições

sócio-culturais, ou outras, como causa da sua instabilidade e mobilidade. A maioria tinha a ambição de ganhar algumas economias e retornar depois de alguns anos. "Fazer a América", estava no horizonte de uns e outros, ainda que variasse bastante o que isso pudesse significar para cada um. Mas a verdade é que a grande maioria ganhava salários baixos e gastava muitas energias, próprias e dos membros da família que participava do trabalho nos cafezais. Em certos casos, a proibição de plantar culturas temporárias entre as fileiras de pés de café reduzia os colonos a condições deploráveis. Além de que não estavam nunca satisfeitos com os seus salários, a superioridade dos salários pagos nas fazendas que se abriram nas zonas novas, em desbravamento, fazia com que os colonos não renovassem os contratos de trabalho com o mesmo fazendeiro, ano após ano¹⁰. A despeito da razoável mobilidade social envolvida nas condições de produção predominantes na cafeicultura, a população de origem italiana em Sertãozinho foi crescendo bastante, ao longo dos anos.

Segundo Antonio Furlan Junior, em 1915 o Município de Sertãozinho contava com 32.000 habitantes, dos quais 6.500 eram italianos. O recenseamento de 1920 registrou 7.344 estrangeiros numa população de 30.497. Em estudo sobre as zonas da Mogiana e Paulista, Sérgio Milliet escreveu que na década dos anos vinte a população estrangeira alcançava cerca de um quarto do total. "As zonas em questão foram as que melhor aproveitaram a mão-de-obra imigrante. Ao começar a imigração, iniciava-se o seu desbravamento. E ao terminar este, embora outras regiões já se abrissem ao forasteiro, as conveniências da civilização instalada atraíram sempre o colono. Daí o fenômeno curioso observado pelo prof. Lowrie de uma formação étnica de percentagens à primeira vista contraditórias: 25% de estrangeiros e 20% negros, o que significa grande número de imigrantes e grande afluência do proletariado nacional de outros Estados, mais escuro"¹¹. Em 1940, os estrangeiros ainda são pouco mais de 10 por cento dos habitantes. Note-se que esses estrangeiros são estrangeiros italianos. Em 1940, quando a população de Sertãozinho tinha se reduzido a 21.290 habitantes, devido a modificações na economia local e a desmembramentos havidos no Município, os italianos totalizavam 2.319 pessoas¹².

O caráter eminentemente agrário da economia e sociedade do Município de Sertãozinho perdura ao longo de todo o ciclo cafeeiro e na transição para a policultura. Tanto assim que em 1940 a população rural de Sertãozinho chega a 73,69 por cento do total do Município¹³.

Notas

- (1) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 71
- (2) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 74
- (3) Elias Antonio Pacheco e Chaves e outros, *A Província de São Paulo - Brasil*, relatório apresentado ao presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, Typographia King, São Paulo, 1888, pp. 11 e 55.
- (4) Pierre Denis, *O Brasil no Século XX*, *op. cit.*, p. 156.
- (5) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 71
- (6) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 72.
- (7) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 72.
- (8) José Francisco de Camargo, *Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*, 3 vols., Universidade de São Paulo, 1952, vol. II, p. 34.
- (9) J. Fernando Carneiro, *Imigração e Colonização no Brasil*, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1950, p. 30.
- (10) Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Librairie Armand Colin, Paris, 1952, pp. 139-140.
- (11) Sergio Milliet, *Roteiro do Café*, Bipa Editora, São Paulo, 1946, p. 54. Samuel H. Lowrie, *Imigração e Crescimento da População no Estado de São Paulo*. Ed. da Escola de Sociologia e Política, São Paulo, 1938.
- (12) Censos Demográficos, IBGE, 1920 e 1940.
- (13) Censo Demográfico, IBGE, 1940.

III – O Regime de Colonato

Na cafeicultura do oeste paulista, dos vários “oestes” plantados pela marcha do café, as relações de produção basearam-se na adoção generalizada do regime de colonato. Em Sertãozinho e no conjunto do segundo oeste paulista, mais do que no primeiro oeste paulista, a cafeicultura baseou-se amplamente nesse regime, que é uma forma de trabalho livre. Aí, a cafeicultura baseou-se desde o começo, e em forma generalizada, na força de trabalho livre. É verdade que nas primeiras fazendas de Sertãozinho havia escravos. Mas esses foram escravos trazidos pelos fazendeiros e desbravadores que iniciaram as plantações e criações. Não houve novos e sucessivos suprimentos de mão-de-obra escrava. O tráfico de escravos estava proibido, da mesma forma que o comércio interprovincial e interzonal de escravos. Ao mesmo tempo, a escravatura entrara em colapso, encontrava-se em extinção. Em 1888 ocorre a abolição do regime de trabalho escravo. Nesse mesmo contexto, estava ocorrendo um verdadeiro *rush* cafeeiro na região. Isto é, crescia de forma acelerada a demanda de força de trabalho. Devido à decadência em que se achava o regime e escravista e à intensidade com que se expandiu a cafeicultura, em Sertãozinho o trabalho livre foi instituído de modo bastante rápido e generalizado. A demanda de trabalhadores foi tão grande que os trabalhadores nacionais que migram para a região não são suficientes para atendê-la. E a imigração européia, principalmente italiana, que já se havia experimentado no primeiro oeste paulista, foi apresentada ideológica e praticamente como a melhor solução.

Ocorre que as atividades envolvidas na cafeicultura exigiam mão-de-obra numerosa e relativamente diferenciada. As tarefas de desmatamento das terras virgens, preparo das terras, plantio das mudas de café, carpa dos cafezais, colheita do café maduro, secagem e escolha do café, ensacamento e outras, ocupavam numerosos trabalhadores. “Na lavoura de café a mão-de-obra não era somente absorvida na sua manutenção, mas também na abertura de novas culturas, que se processavam ininterruptamente, e nos trabalhos acessórios, que ocupavam tantos ou mais trabalhadores do que os efetivamente empregados na lavoura de café propriamente dita”¹.

Para fazer face às tarefas exigidas pela cafeicultura, os fazendeiros mobilizaram centenas e milhares de colonos. Ao referir-se à Fazenda São Martinho, de propriedade da família Silva Prado, o historiador de Sertãozinho, Antonio Furlan Junior, escreve que em 1905 a referida fazenda já contava com 3 milhões e 500 mil pés de café. Dois arraiais floresceram no interior da Fazenda

São Martinho: Pradópolis e Barrinha. Em 1905 ela contava com oito colônias, com 450 casas e 2 sedes². Se pensarmos que a família do colono italiano, que predominou ali, tinha apenas 7 membros cada uma, podemos calcular que era cerca de 3.150 a população que habitava as colônias da Fazenda São Martinho. Esses dados dão uma idéia de massa de operários rurais que trabalharam nas fazendas de café. Numerosos trabalhadores e trabalhadoras, adultos, adolescentes, crianças e velhos. Em graus variáveis, conforme a dureza e a presteza das tarefas, praticamente todos estavam engajados nas fainas das fazendas de café.

As condições sob as quais o imigrante era levado à fazenda e contratado o colocavam numa situação desde logo subalterna e espoliativa. Depois de chegar no porto de Santos, os imigrantes eram transportados para a *Hospedaria dos Imigrantes*, na cidade de São Paulo, onde aguardavam que fossem contratados por este ou aquele fazendeiro. "A hospedaria era o mercado da mão-de-obra: os preços subiam quando a procura era grande e os fazendeiros faziam concorrência entre si; baixavam no caso contrário. O mercado era público; os colonos podiam comparar as ofertas"³. Em seguida, o colono e seus familiares eram transportados, ainda às custas do governo, por ferrovia, até à estação mais próxima da fazenda cujo proprietário o contratou. A partir daí passava à responsabilidade do fazendeiro. "O imigrante chega desprovido quase por completo das coisas mais essenciais e lhe entregam uma pequena casa de tijolos, limpa e alegre, construída pelo fazendeiro do oeste paulista. Este fornece-lhe os objetos de primeira necessidade e lhe abre um crédito. O colono não paga em verdade o aluguel da sua residência, mas já de início se acha individualizado. A situação para o coitado parece de abundância, após a miséria, e ele saca sem contar contra o armazém da fazenda. Infelizmente alguns proprietários incitam os colonos a comprarem, a fim de segurá-los pelas suas dívidas que são forçosamente pagas em trabalho"⁴.

Sob o regime de colonato, é a família que se engaja no trabalho produtivo. O contrato de trabalho naturalmente envolvia o fazendeiro e ou (ou a) cabeça da família. "Cada família recebe o número de pés de café que pode tratar: varia com o número de pessoas de que se componha. As famílias numerosas têm desde oito a dez mil pés: quando não têm mais do que um trabalhador confiam-lhe pouco mais de dois mil pés. Como a vinha, o café exige uma mão-de-obra numerosa relativamente à superfície das culturas; sustenta uma população agrícola densa"⁵. E outro cronista esclarece: "Cada família tem sua caderneta — com débito e crédito — que constitui uma cópia dos registros da fazenda. Ao crédito são levados o trabalho fornecido pelo colono e os seus, o produto dos animais de criação própria que tenha vendido ao fazendeiro, o produto da venda do milho, dos feijões e dos legumes que tem licença para plantar; ao débito é levado tudo o que lhe foi entregue para a sua alimentação e vestimenta"⁶. Naturalmente variavam bastante os termos do contrato que o colono e o fazendeiro assumiam. Inclusive havia contratos escritos e contratos verbais. Em certos casos, a caderneta que o fazendeiro fornecia ao colono registrava os termos do contrato. Dentre os principais artigos que caracterizavam o contrato de colonato, destacavam-se alguns. Antes de resumir-los, lembro que o colono tinha a sua viagem da Itália (ou outro país) ao Brasil e até às proximidades da fazenda paga pelo governo brasileiro. O contrato, portanto, cobria as relações do colono e seus familiares com o fazendeiro apenas a partir da estação da estrada de ferro mais próxima da fazenda onde ia trabalhar. Estes, pois são alguns artigos de contrato do colonato. O fazendeiro fornece gratuitamente ao colono e sua família: transporte da estação ferroviária à fazenda, casa de moradia, terreno para nele fazer culturas alimentares e pasto para um ou vários animais. O fazendeiro não adianta dinheiro, mas fornece, para pagamento posterior, os gêneros alimentícios ou a alimentação necessária para o sustento da família nos primeiros tempos, enquanto as culturas alimentares do colono não estivessem produzindo. O fazendeiro obriga-se a pagar oitenta mil réis pelo cultivo anual de cada mil pés de café e quinhentos réis por cada cinquenta litros de café colhidos. Os pagamentos de cultivo são feitos cada três meses e os pagamentos das colheitas são feitos oito dias após a última medida tomada. Nenhum pagamento será feito sem a apresentação da caderneta. O colono, por seu lado, compromete-se a cuidar de dois mil pés de café (ou até mesmo dez mil, conforme o tamanho da sua família), obrigando para isso a proteger as plantas enquanto tenras (menos de dois anos de idade), a bem conservar os pés de café sob a sua responsabilidade, livres de plantas daninhas, a cortar os ramos secos, a replantar os pés que não cresceram ou morreram e a colher o café maduro na época devida. Se o colono descumprir as suas obrigações relacionadas com o cultivo, trato e coleta do café, o fazendeiro mandará que outros realizem aquelas obrigações e cobrará os custos do

colono. O colono que, sem causa justificada, abandonar a fazenda antes de completar as tarefas exigidas pelo ano agrícola, perderá metade do que tiver ganho até o momento. Se o colono quiser retirar-se da fazenda ao completar-se o ano agrícola, deverá dar um aviso prévio de sessenta dias ao fazendeiro. No caso de o fazendeiro pretender licenciar o colono, depois que este tenha terminado as tarefas do ano, deverá dar-lhe um aviso prévio de trinta dias⁷.

É óbvio que essas condições contratuais variavam de município a município, e inclusive no interior de um mesmo município. Também variavam ao longo do tempo e conforme o tamanho da família que o colono comprometia no trabalho agrícola. Cerca de 1920, em Sertãozinho, os salários pagos ao colono, na cafeicultura, eram os seguintes: de 100 a 200 mil réis, pelo tratamento, por um ano, de 1.000 pés de café; de 20 a 40 mil réis, pela carpa de 1.000 pés de café; e de 600 réis a 1 mil e duzentos réis pela colheita de cada alqueire (15 litros) de café⁸.

A despeito da progressiva formalização das relações de produção na cafeicultura do oeste paulista, a massa de colonos, com os seus familiares, estava submetida ao mando e, muitas vezes, ao arbítrio do fazendeiro. Em suas herdades, o fazendeiro se considerava um soberano absoluto. Os colonos queixavam-se de que os seus filhos ficavam sem escola, apartados da sociedade, analfabetos, quando os pais às vezes já possuíam alguns rudimentos de leitura. Também reclamavam contra as multas que os fazendeiros e os seus administradores lhes impunham, além de protestar contra os preços abusivos cobrados pelos armazéns das fazendas. As tensões entre colonos e fazendeiros provocaram greves de colonos, incêndios e assassinatos⁹.

Não é necessário narrar aqui a longa luta social e diplomática que antecedeu e acompanhou a criação do regime de trabalho livre e do contrato de colonato. Houve fugas de imigrantes das fazendas; houve retorno de imigrantes aos países de origem; também protestos pela imprensa e meios diplomáticos. Inclusive houve interrupções nos fluxos migratórios, devido aos maus tratos a que foram submetidos os imigrantes das primeiras épocas, à escravidão disfarçada ou aberta que lhes impunham. O que é necessário registrar aqui, é que o contrato de colonato é o resultado de um processo de tensões, lutas e negociações, no qual envolveram-se fazendeiros, colonos e governos¹⁰. Tantas foram as tensões, lutas negociações, que no Brasil o sindicalismo rural surge nessa época. Evaristo de Moraes Filho sugere que num país predominantemente agrário, na época em que se extingue o regime de trabalho escravista, "não podíamos deixar de iniciar a nossa legislação sindical senão por este lado"¹¹. O decreto-lei nº 979, de 6 de janeiro de 1903, praticamente inicia a formalização do sindicalismo rural no país. Parece evidente que ele responde aos problemas das relações de produção surgidos nas regiões cafeeiras. Em seus artigos primeiro e nono, o decreto estabelece: "É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa de suas terras. É facultado ao sindicato exercer a função de intermediário do crédito a favor dos sócios, adquirir para estes tudo o que for mister aos fins profissionais, bem como vender por conta deles os produtos de sua exploração em espécie, beneficiados, ou de qualquer modo transformados"¹². É evidente a referência desses dispositivos às condições de trabalho do colono nas fazendas de café. Outro decreto governamental de nº 1637, expedido em 1907, pode ser considerado o instrumento legal básico de todo o sistema sindical que se estabelece no país na época¹³. Mas não afeta as relações de produção no campo, que se organizavam em termos do decreto 979 e dos contratos de colonato que fazendeiros e sítiantes acertavam entre si. Mesmo porque, as tensões, lutas e negociações entre fazendeiros colonos e governantes seguiam um curso muito especial, ditado pelas exigências da reprodução do capital na cafeicultura. Tanto assim que a lei nº 1299-A, de 27 de dezembro de 1911, do governo do Estado de São Paulo, cria o *Patronato Agrícola*, com a finalidade de "auxiliar as execuções das leis federais e estaduais no que concerne à defesa dos direitos e interesses dos operários agrícolas". O Patronato é subordinado ao Secretário da Agricultura e tem sua sede na capital do Estado de São Paulo. Ele se faz representar no interior do Estado por 106 promotores públicos. Essa lei obriga o fazendeiro a organizar a sua escrituração agrícola e a fornecer aos colonos as cadernetas que reproduzem os lançamentos feitos pelo fazendeiro em seu livro de contas correntes. Dentre os seus vários fins expressos, a lei estadual nº 1299-A, de 1911, destina-se a "fiscalizar as cadernetas dos operários agrícolas, a fim de verificar se estas se revestem das formalidades prescritas pela lei federal nº 6437, de 27 de março de 1907". Também destina-se a defender os colonos de aliciadores inescrupulosos, fiscalizar as

agências de venda de passagens e câmbio, promover a organização e a fiscalização de “cooperativas entre operários agrícolas para a assistência médica, farmacêutica e ensino primário”¹⁴. Realmente, o decreto federal nº 6437, de 1907, define duas entidades básicas das relações de produção que se estavam formalizando nas fazendas de café: o *operário agrícola* e a *caderneta* do operário agrícola. “Consideram-se ‘operários agrícolas’ os jornaleiros, colonos, empreiteiros, feitores, carreiros, carroceiros, maquinistas, foguistas e outras empregados no prédio rural”. E a caderneta é o instrumento legal, de propriedade do colono, no qual o fazendeiro é obrigado a registrar, em ordem cronológica, as parcelas de débito e crédito que resultam do seu contrato com o colono. A escrituração da caderneta deve ser feita mensalmente, encerrando-se sempre com a declaração da qual é o saldo devedor ou credor. Em toda controvérsia que o operário agrícola tenha com o fazendeiro, a caderneta é considerada prova legal suficiente¹⁵.

Eram esses, em forma breve, alguns dos principais característicos das relações de produção predominantes nas regiões da cafeicultura, principalmente no oeste paulista. A medida que se expandia a cafeicultura, pelo vários “oestes” que se sucediam no curso da marcha do café, acelerava-se a adoção das instituições, valores e padrões mais coerentes com as exigências da reprodução do capital, num contexto capitalista. As condições de reprodução do capital na cafeicultura, conforme elas se estabeleceram em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, determinaram uma formalização mais ou menos rápida e ampla das relações de produção. Tanto assim que os próprios documentos governamentais estabelecem que o colono é um *operário agrícola*. Trata-se de um trabalhador produtivo cuja força de trabalho é vendida, sob condições especiais, ao fazendeiro, que é o proprietário dos meios de produção.

Devido à forma pela qual se organizaram as relações de produção na cafeicultura do oeste paulista, tornou-se possível proteger em parte o colono, tanto da expoliação de estilo escravista como dos efeitos negativos das crises que continuamente abalavam os negócios dos cafeicultores. Ao longo das últimas décadas do Século XIX, as tensões, lutas e negociações entre fazendeiros, colonos e governantes produziram a eliminação ou, ao menos, a redução do estilo escravocrata de relações de produção. Em seguida, principalmente com a prática dos dispositivos legais estabelecidos pelas leis federais (nº 979, de 6-1-1903, nº 6437, de 27-3-1907 e nº 1637, de 5-1-1907) e pela lei estadual nº 1299-A, de 27 de dezembro de 1911, formalizaram-se as relações de produção de modo a proteger os interesses do colono em face das condições sociais e políticas em que se realizava a reprodução do capital na cafeicultura.

Mas essas defesas não eram sempre efetivas. Elas não tinham efetividade nas ocasiões em que a cafeicultura entrava em crise; quando os negócios deste ou aquele fazendeiro não eram prósperos; ou quando o fazendeiro impunha o seu mando aos representantes do poder público. Toda grande fazenda de café tendia a ser um mundo social, isto é, político-econômico, à parte do mundo social centrado no núcleo urbano. Em certos casos, o fazendeiro de café tem a sua autoridade aumentada pelo exercício de funções públicas. Guilherme Schmidt, por exemplo, membro do grupo econômico que havia sido criado em torno do nome do Coronel Francisco Schmidt, foi várias vezes prefeito de Sertãozinho. “A sua palavra autorizada era sempre respeitosamente aceita”. Esse representante da Cia. Agrícola Francisco Schmidt, que em 1917 era a maior empresa de café em Sertãozinho (3.575.128 pés de café) foi “a personalidade que centralizou durante muitos anos o poder público e econômico do Município”¹⁶. Nessas ocasiões, o poder político-econômico da burguesia cafeeira era exercido de forma quase monolítica. Nessas ocasiões, a interpretação dos direitos do proletariado agrícola — pelo fazendeiro ou representantes do poder público — era realizada segundo os interesses e a posição de força da burguesia agrária.

Notas

- (1) Roberto C. Simonsem, *op. cit.*, p. 202.
- (2) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 77.
- (3) Pierre Denis, *op. cit.*, p. 175.
- (4) Max Leclerc, *Cartas do Brasil*, trad. de Sérgio Milliet, Companhia Editora Nacional, 1942, p. 83. Esse livro foi escrito em francês em 1889-90.

- (5) Pierre Denis, *op. cit.*, pp. 180-181.
- (6) Max Leclerc, *op. cit.*, p. 84.
- (7) Vincenzo Grossi, *Storia della Colonizzazione Europea al Brasile e della Emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo*, Societa Editorice Dante Alighieri, Milano, 1914, pp. 440-445; Pierre Denis, *op. cit.*, pp. 177-9
- (8) Fellippo Peviani, *Due Milioni di Italiani in Brasile*, Societa Editorie Romana, Roma, 1922, pp. 104-105. Consultar também Lucy Maffei Hutter, *Migração Italiana em São Paulo: 1880-1889*. Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1972, p. 98.
- (9) Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Librarie Armand Colin, Paris, 1952, pp. 138-139; Eugênio Bonardelli, *Lo Stato di São Paulo del Brasile e L' Emigrazione Italiana*, Torino, 1916. Livro citado por Pierre Monbeig, *op. cit.*, pp. 138-139.
- (10) Pierre Denis, *op. cit.*; Max Leclerc, *op. cit.*; Vincenzo Grossi, *op. cit.*; Caio Prado Junior, *História Econômica do Brasil*, 3ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1953, cap. 19; Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, citado, pp. 137-146; Constantino Ianni, *Homens Sem Paz*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963; Edgar Carone, *A República Velha*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970, esp. pp. 31-33 e 243-245; Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966; Sergio Buarque de Holanda, *Brasil Monárquico*, vol. 3 (Reações e Transações), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1967, caps. IV e VI.
- (11) Evaristo de Moraes Filho, *O Problema do Sindicato Único no Brasil*, Editora A Noite, Rio de Janeiro, 1952, pp. 184-185.
- (12) Evaristo de Moraes Filho, *op. cit.*, p. 185, nota 191.
- (13) Evaristo de Moraes Filho, *op. cit.*, pp. 186-188. Em seu artigo 9º, o decreto nº 1637 reafirma que os sindicatos agrícolas continuarão a ser regidos pelo decreto nº 979.
- (14) Lei estadual (SP) nº 1299-A, de 27 de dezembro de 1911. Consultar também Filippo Peviani, *Due Milioni di Italiani in Brasile*, Societa Editrice Romana, Roma, 1922, cap. IX.
- (15) Decreto federal nº 6437, de 27 de março de 1907.
- (16) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 84.

IV – A Transição da Monocultura à Policultura

Em Sertãozinho, quando o café sofria crises, ou entrava em declínio, a economia e a sociedade locais não entravam em colapso, nem permaneciam estagnadas. Aí, as forças produtivas eram reorganizadas e ganhavam novos dinamismos. Diversificam-se as atividades produtivas e organizavam-se sob novas formas as forças produtivas. As próprias classes sociais ganhavam ponderações e arranjos diversos.

Ao mesmo tempo que se estabelecia, a hegemonia da monocultura cafeeira começava a romper-se. O principal fator na quebra dessa hegemonia era a superprodução. A rentabilidade da cafeicultura gerava o *boom* cafeeiro que gerava a superprodução que gerava o abandono de cafezais e a diversificação das atividades produtivas. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que se estabelecia, a hegemonia da monocultura cafeeira gerava os elementos que depois provocavam a crise da cafeicultura e, por consequência, a diversificação das atividades agrárias. Esse processo recebia novos impulsos quando se repetiam as geadas e as secas que de fato atingiram a cafeicultura da região de Sertãozinho. Além das crises geradas devido ao contínuo aumento da produção, desde fins do século XIX, houve geadas e secas mais ou menos desastrosas. Tanto assim que a época mais importante do ciclo cafeeiro em Sertãozinho começa a encerrar-se em 1918, quando a grande geada havida nesse ano impressionou decisivamente grandes e pequenos empresários agrícolas. Foi a partir de 1918 que se iniciou um processo mais acentuado e estruturalmente significativo de diversificação das atividades produtivas na economia rural de Sertãozinho. Além das crises de superprodução, que ocorriam periodicamente, as geadas e secas induziram os cafeicultores a abandonar a cafeicultura ou a diversificar as suas culturas. Aliás, os dados relativos ao ano agrícola de 1919-1920 mostram que nessa época era bastante diversificada a produção dos 400 estabelecimentos agrícolas então existentes no Município. Note-se que em muitos estabelecimentos cultivavam-se dois ou mais produtos. Eram 149 os estabelecimentos nos quais havia cafezais. Mas em outros, ou nos mesmos, também se produziam algodão, feijão, milho, farinha de mandioca, açúcar, aguardente e outros produtos. Uma visão de conjunto do grau de diversificação das atividades agrárias em Sertãozinho aparece na Tabela I. Note-se, contudo, que a diversificação da produção agrícola não era apenas resultado das dificuldades da cafeicultura. Esse era um elemento importante na reorientação dos negócios e atividades nas fazendas de café. Mas também operava na mesma direção o regime do

colonato, que implicava na produção hortigranjeira. Além disso, havia fazendeiros e sitiantes que preferiam combinar culturas perenes, como o café, com culturas temporárias, como o feijão, milho, algodão e outras. Por vários motivos, pois, a agricultura de Sertãozinho sempre esteve relativamente diversificada. Mas no conjunto da sua economia, e ao longo das décadas compreendidas entre 1880 e 1930, foi o café que predominou nas atividades e nas preocupações da burguesia do Município de Sertãozinho.

Note-se que em 1920 já era bastante alta a participação de imigrantes ou seus descendentes na propriedade dos estabelecimentos rurais. Na relação dos proprietários desses estabelecimentos, os de origem estrangeira alcançam cerca de 50 por cento do total. E dentre esses, a quase totalidade tem sobrenome italiano¹. Ocorre que as estruturas econômico-sociais estavam se transformando, a despeito da preeminência dos interesses econômicos e políticos ligados à cafeicultura. Isto é, a própria cafeicultura estava lançando as bases econômicas e sociais de novas mudanças nas atividades produtivas.

Quanto à cana-de-açúcar, vale a pena registrar que já era cultivada em Sertãozinho em fins do século XIX. Vários produtos da cana eram consumidos pela população local. "Antes de 1900 havia no Município de Sertãozinho pequenas e esparsas plantações de cana aproveitadas pelas engenhocas que se limitavam a fabricar aguardente, rapadura e melado"². Uma lei municipal de 27 de novembro de 1900 estabelece isenção de impostos a pessoa ou companhia que montasse um engenho central, para fabricar açúcar, álcool e aguardente. Na exposição de motivos, justificava-se a lei com seguintes argumentos: as terras do município de Sertãozinho prestam-se "admiravelmente à cultura da cana"; "os lavradores amedrontados pela baixa do café, empregavam suas atividades no cultivo da cana"; "a cana preserva-se da geadas mais facilmente do que o café"³. Em 1902, a maior plantação de cana foi realizada pelo coronel Francisco Schmidt. Dedicou-lhe 60 alqueires das suas terras. "Havia preparado a terra para plantar café, mas como houve naquele ano geadas, preferiu iniciar a lavoura intensiva de cana"⁴.

Depois da grande geadas de 1918, as secas de 1924 e 1926 mostraram aos cafeicultores grandes, médios ou pequenos, que era necessário prosseguir na diversificação das atividades produtivas. Era necessário diversificar ou mudar as aplicações dos seus capitais. É claro que a grande crise econômica mundial iniciada em outubro de 1929 foi um acontecimento crucial, no processo de diversificação das atividades produtivas no campo. Mas é importante reconhecer que

TABELA I – Produtos e produção dos 400 estabelecimentos agrícolas de Sertãozinho – 1920

<i>Produto</i>	<i>Estabelecimentos nos quais se obtém o produto</i>	<i>Produção (t)</i>
Açúcar	13	588,4
Aguardente	68	14 582 (hectol.)
Algodão	301	3 803,4
Arroz	183	1 029,7
Café	149	1 962,7
Cana-de-açúcar	59	34 694,6
Farinha de mandioca	13	220
Feijão	283	1 756,3
Fumo	9	7,3
Mamona	10	14,3
Mandioca	13	888,8
Milho	339	9 284,4

FONTE: Recenseamento de 1920, Diretoria Geral de Estatística

essa crise correspondeu a um momento — decisivo é verdade — de uma cadeia de crises provocadas pela superprodução, a geada, a seca e o empobrecimento das terras. Nessas condições é que surgem e desenvolvem-se as culturas algodoeira, cítricas, de cana-de-açúcar e outras. Inclusive surgem e desenvolvem-se as unidades artesanais e fabris; e acelera-se a urbanização dos núcleos populacionais.

Vejam os que escrevem Sérgio Milliet e Carlos Manuel Peláez sobre o processo de diversificação da agricultura nas regiões pioneiras do café. “Em ambas as zonas, Mogiana e Paulista, a decadência do café teve por consequência não o abandono das terras, como na zona do Norte, mas o ensaio de outras culturas substitutivas. A rede de estradas de ferro e de rodagem, que se abriu atrás da invasão cafeeira, constituíra raízes bastante profundas para uma permanência do progresso, as facilidades de comunicação compensando os rendimentos mais fracos. A citricultura e o algodão se instalaram. . . . A indústria também vai aos poucos penetrando os centros mais favoráveis ao seu desenvolvimento e o fenômeno da redistribuição das terras vai operar-se em breve com a venda de lotes dos grandes latifúndios que o café não sustenta mais”⁵. Esse foi o contexto em que começaram a prosperar as culturas de algodão e cana-de-açúcar em Sertãozinho. “Somente nas épocas de aguda crise cafeeira é que as outras culturas prosperavam. . . . Talvez uma das culturas mais importantes e que mais rapidamente se desenvolveu, na segunda metade da década de 1920, tenha sido a cana-de-açúcar. . . . Depois de 1929, o aumento da rentabilidade de uma série de produtos agrícolas veio estimular a expansão da produção. Um importante fator que contribuiu para a diversificação de culturas nos anos de 30 foi a divisão de grandes propriedades em fazendas menores. . . . O Estado de São Paulo fizera uma ligeira tentativa de mudar a estrutura agrícola, mas os elevados lucros da cultura do café impediram qualquer melhora expressiva. O Governo de Vargas também promovera e apoiara a policultura como uma das poucas alternativas que o Brasil tinha a seguir durante a década de 1930”⁶. Foi por essa forma que o município de Sertãozinho enfrentou, ao menos em parte, as consequências da crise cafeeira dos anos trinta. Mesmo antes, na década dos anos vinte, já se verificava alguma diversificação das atividades produtivas agrárias em Sertãozinho. O algodão e a cana-de-açúcar expandiam-se paulatinamente. Na década dos trinta, essas e outras culturas ganharam maior significação absoluta e relativa, em face do café em decadência. “Pode-se mesmo afirmar que o algodão salvou a situação do lavrador de Sertãozinho durante a crise de 1929. O período mais produtivo do algodão no Município se prolongou do ano 1933 a 1937”⁷. Estava em curso um processo mais ou menos generalizado de diversificação das atividades agrícolas. As crises da cafeicultura, a urbanização, a incipiente industrialização, a expansão das burocracias governamentais e o consequente crescimento do mercado interno abriam novas possibilidades à diversificação da produção rural. “A partir dos anos trinta, o ritmo de crescimento da produção das culturas para o mercado interno superou o crescimento da produção das culturas de exportação. No final dos anos trinta e princípios de quarenta, essa supremacia estendia-se também à participação no valor da produção e área cultivada. Assim, foi a partir dos anos trinta que a produção agrícola, no Brasil, tornou-se menos dependente dos mercados externos”⁸.

Quanto ao rearranjo da estrutura fundiária, devido à crise da cafeicultura, vale a pena observar os dados da Tabela II, organizada por Sérgio Milliet. Os dados referem-se às mudanças havidas entre 1930 e 1936 na região que engloba municípios como os de Sertãozinho, Ribeirão Preto, Jardinópolis, São Simão e outros vizinhos. Note-se como aumenta, em termos absolutos e relativos, o número de pequenas propriedades. Apesar de crescerem em termos absolutos, as propriedades médias e grandes decrescem em termos relativos. E os latifúndios diminuem em termos absolutos e relativos.

Estes dados não dizem respeito apenas à estrutura fundiária. Quando são examinados no contexto econômico-social da crise da cafeicultura e do rearranjo da própria estrutura social, os dados indicam aparecimento de muitas pequenas propriedades rurais. Na maioria, esses novos pequenos proprietários seriam ex-colonos e ex-camaradas que compraram suas parcelas de terra com economias amealhadas ou receberam parcelas de terras dos fazendeiros que não puderam saldar dívidas ou devolver as poupanças dos seus colonos. “Assim é que, não obstante apenas 18% da população do Estado ter sido consignada em 1920 como alienígena, 27% das propriedades agrícolas registradas pelo recenseamento estavam nas mãos de estrangeiros, sem se levar em conta um número considerável de outros que as possuíam em comum com brasileiros. Em 1934, a percentagem

TABELA II – Estrutura fundiária

	1930-31			1935-36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena	1 782	100	58,06	2 827	159	67,13
Média	750	100	24,44	826	110	19,62
Grande	421	100	13,72	461	110	10,95
Latifúndio	116	100	3,78	97	84	2,30

FONTE: Sérgio Milliet, *op. cit.*, p. 97.

destas propriedades atingia 30%⁹. Estava em processo o crescimento e fortalecimento da pequena burguesia agrária. O rearranjo da estrutura fundiária na região da cafeicultura implicava, ao mesmo tempo, no rearranjo da estrutura social e das forças produtivas. Em 1940, os estabelecimentos agrícolas de Sertãozinho alcançaram o total de 718, ao passo que em 1920, quando o Município era maior, totalizavam 400.

Ao romper-se a hegemonia da monocultura cafeeira em Sertãozinho, desenvolveram-se as culturas algodoeira e da cana-de-açúcar, além de outras. Rompia-se e rearranjava-se a estrutura fundiária, cuja concentração a cafeicultura havia intensificado. Ao mesmo tempo, surgiam ou desenvolviam-se outras atividades produtoras, no campo e na cidade. As crises da cafeicultura provocaram o rearranjo e o desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo pode ser observado, em termos quantitativos, na Tabela III relativo aos anos 1926-1956. Os dados sobre a evolução da produção e área cultivada do café, algodão e cana-de-açúcar indicam, de forma bastante clara, as modificações da estrutura da economia agrária em Sertãozinho. Note-se que a área cultivada e a produção na cafeicultura reduziram-se progressiva e sistematicamente ao longo das três décadas: 1926-1956. Quanto à cultura algodoeira, note-se que a produção elevou-se um pouco entre 1926 e 1933. Depois entre 1934 e 1944, sofreu várias oscilações. Em seguida, a partir de 1945, reduziu-se a cerca da metade ou menos da metade do nível inicial de 1926. Convém notar que as variações havidas na área cultivada com o algodão foram menos acentuadas do que as variações da produtividade. Quanto à área cultivada e à produção da cana-de-açúcar, os dois índices progredem sistematicamente, ao longo das décadas 1926-56. É notável a simetria — com sentidos inversos — entre os índices relativos ao café e à cana-de-açúcar. E observe-se, conforme indicam os dados da Tabela III, que é em torno de 1944 que a área cultivada com a cana-de-açúcar começa a sobrepor-se à área cultivada com o café.

Na sucessão das crises da cafeicultura, devidas à superprodução, geada, seca ou esgotamento das terras, alguns colonos puderam defender as suas condições de vida. Inclusive, em várias ocasiões, quando a crise punha o fazendeiro em situação econômica particularmente difícil, foi possível a alguns colonos comprarem partes da fazenda, ou receberem essas partes em pagamento de dívidas dos fazendeiros para com eles. Sérgio Milliet apanhou um aspecto dessa situação, ao escrever sobre a formação de sítios nas áreas em que a cafeicultura entrava em crise. Ele se referia às fazendas cujas terras se empobreciam. “Com efeito, as fazendas de fraca produção, largadas pelos proprietários à cata de terras mais rendosas, subdividem-se logo em pequenos sítios. A monocultura cede lugar à policultura e o imigrante, que soube ou pôde economizar, se instala¹⁰. A subdivisão da propriedade fundiária ocorreu de forma especialmente acentuada e generalizada nos vários oestes paulistas, em conseqüência da grande crise econômica mundial iniciada em outubro de 1929.

Ao mesmo tempo que se desenvolvia a crise, que ocorria o rearranjo da estrutura da propriedade fundiária e a formação de uma nova estrutura econômico-social, modificaram-se as relações de produção. Os dispositivos legais e os contratos de consenso perderam efetivamente.

TABELA III – Produção e área cultivada de café beneficiado, cana-de-açúcar e algodão 1926 a 1956

Ano	Café beneficiado			Cana-de-açúcar		Algodão	
	Produção (ton.)	Nº de pés (mil)	Área (ha.)	Produção (ton.)	Área (ha.)	Produção (ton.)	Área (ha.)
1926	10 170	17 674	22 000	40 000	1 000	6 000	4 450
1927	14 700	17 674	22 000	45 000	1 100	6 500	4 500
1928	6 900	15 261	18 400	50 000	1 300	6 500	4 500
1929	14 700	15 261	18 400	50 000	1 300	6 800	4 550
1930	8 375	15 000	18 360	60 000	1 700	7 000	4 700
1931	7 200	14 500	18 000	65 000	1 700	7 000	5 100
1932	10 083	14 154	17 136	70 000	1 800	8 000	5 600
1933	5 470	11 048	13 486	80 000	2 000	8 000	5 600
1934	5 400	11 000	13 465	95 000	2 070	7 500	5 300
1935	3 601	9 424	11 509	100 000	2 100	7 000	5 000
1936	3 101	7 001	8 585	100 000	2 100	6 000	4 450
1937	2 569	6 750	8 261	110 000	2 200	5 250	4 000
1938	2 179	5 940	7 261	123 000	3 700	5 250	4 000
1939	1 250	3 932	4 808	125 285	2 800	5 715	4 300
1940	1 260	3 920	4 800	130 000	3 050	5 700	4 300
1941	1 200	3 600	4 400	140 000	3 200	6 000	4 450
1942	750	3 200	3 916	150 000	3 400	4 500	3 200
1943	675	3 050	3 732	160 000	3 700	6 750	5 000
1944	630	3 000	3 672	179 386	4 000	7 500	6 000
1945	630	3 000	3 672	165 000	3 800	3 600	6 000
1946	573	2 800	3 424	170 000	4 100	3 750	5 000
1947	450	2 700	3 302	172 000	4 200	3 000	5 000
1948	546	2 600	3 180	195 750	4 350	2 616	4 360
1949	450	2 500	3 068	170 000	4 400	1 688	4 500
1950	525	2 500	3 068	176 000	5 200	1 380	4 600
1951	495	2 300	2 814	251 000	6 100	1 425	6 000
1952	465	2.200	2 692	263 500	6 100	3 750	6 000
1953	443	2 100	2 570	380 000	7 800	3 360	5 400
1954	420	2 000	2 448	402 000	8 200	2 340	4 000
1955	336	1 600	1 956	355 000	8 000	2 249	3 400
1956	336	1 600	1 956	410 000	12 000	2 216	3 300

Obs.: – Os dados até 1940 são estimativos.

FONTE: Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 52.

A crise da cafeicultura de Sertãozinho, iniciada em 1918, acentuada com as secas de 1924 e 1926, e agravada irremediavelmente com a grande crise econômica mundial iniciada em 1929, tornou uma grande massa de colonos desempregados em busca de outros lugares. Cresceu repentinamente o exército de trabalhadores agrícolas de reserva. Uma parte desses trabalhadores procurou ajustar-se no campo, em outras atividades agrícolas; outra parte seguiu para as cidades, pequenas, médias ou grandes, para mudar de vida. Ao apanhar o clima social e humano da crise que atingiu a cafeicultura desde 1929, Mário de Andrade escreveu: "Os armazéns se entulhavam de milhões de sacas de café indesejado. E foi um crime nojento. Mandaram queimar o café nos subúrbios escusos da cidade, nos mangues desertos. A exportação decresceu tanto que o porto quase parou. Os donos viviam no ter e se aguentavam bem com as sobras do dinheiro ajuntado, mas e os trabalhadores, e os operários, e os colonos? A fome batera na terra tão farta e boa. Os jornais aconselhavam paciência ao povo, anunciavam medidas a tomar. Futuramente"¹¹.

São essas as condições sob as quais em Sertãozinho ocorre a diversificação das atividades produtivas e das relações de produção. Em especial, a partir da "grande geada de 1918, que danificou definitivamente 70% dos cafezais do Município"¹², acentua-se em Sertãozinho o processo de modificação tanto da estrutura fundiária como das atividades produtivas. Esse foi o contexto histórico em que as culturas do algodão e da cana-de-açúcar, além de outras, passaram a atrair capitais e força de trabalho. Na década dos anos trinta continua a crescer paulatinamente tanto a área cultivada como o volume da produção de cana-de-açúcar. Cerca de 1944, a cana-de-açúcar sobrepuja o café em área cultivada. O algodão, apesar de continuar a ocupar uma área igual ou maior que a da cana, na década dos anos quarenta, não chega a impor o seu domínio sobre a economia e a sociedade de Sertãozinho. Em 1951 a área cultivada com cana-de-açúcar sobrepuja a área do algodão. Em 1953 a cana passa a ocupar uma área maior do que as áreas cultivadas com algodão e café somadas. Esses fatos estão registrados na Tabela III.

Notas

- (1) *Recenseamento do Brasil - 1920, Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Estado de São Paulo, Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, 1926.*
- (2) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 103
- (3) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 103
- (4) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 104
- (5) Sergio Milliet, *op. cit.*, p. 54
- (6) Carlos Manuel Peláez, *História da Industrialização Brasileira*, Apec, Rio de Janeiro, 1972, pp. 111-112.
- (7) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 103 (nota).
- (8) Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973, p. 61.
- (9) Samuel H. Lowrie, *op. cit.*, p. 33.
- (10) Sergio Milliet, *op. cit.*, p. 31.
- (11) Mário de Andrade, *Poesias Completas*, Livraria Martins Editora, São Paulo 1955, p. 437. Citação do texto intitulado "Café".
- (12) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, p. 100.

V – A Formação da Economia Açucareira

Em 1975, o que sobressai em Sertãozinho são os canaviais e as usinas, nas quais se produzem o açúcar e o álcool extraídos da cana-de-açúcar. Os trabalhos e os dias das gentes, no campo e na cidade, estão influenciados, ou amplamente determinados, pela reprodução do capital aplicado nos canaviais e nas usinas. Para uns, a cana é doce, para outros, a maioria, ela é áspera.

Em Sertãozinho, o ciclo da cana-de-açúcar começou em torno de 1944. Foi nesse ano que a área cultivada com a cana ultrapassou a área cultivada com o café. A partir daí, cresceram continuamente a área plantada e o volume da produção da cana-de-açúcar. Em 1953, a área cultivada com cana ultrapassou as áreas cultivadas com café e algodão, em conjunto. Em 1974, a cana-de-açúcar abarca 86,38 por cento da área plantada do Município. E o seu valor alcança 92,68 por cento do valor total da produção agrícola.

Foi substantiva a modificação ocorrida em Sertãozinho, a partir de 1944, quando as atividades relacionadas direta e indiretamente com a cana-de-açúcar tornaram-se cada vez mais importantes, no conjunto da economia e da sociedade, no campo e na cidade. À medida que se desenvolveu e impôs, a agroindústria açucareira provocou algumas modificações notáveis no sistema econômico social e político de Sertãozinho. Vejamos, preliminarmente em forma breve, alguns aspectos das modificações havidas no lugar: a) Modificou-se a estrutura judiciária do Município de Sertãozinho, tendo ocorrido certa concentração da propriedade. b) A pequena e média burguesia agrárias foram associadas, absorvidas ou subjugadas aos interesses do capital agroindustrial comandado pelo usineiro. c) A usina se impôs como uma categoria político-econômica nova e poderosa, no campo e na cidade. d) Criou-se em Sertãozinho um setor industrial bastante ligado à agroindústria açucareira, para produzir e reparar máquinas e equipamentos. Naturalmente esse setor atende também às demandas do terciário e do próprio secundário. Inclusive produz para clientes de outros municípios e estados. Mas é evidente a sua vinculação às exigências tecnológicas da agroindústria açucareira. e) As mudanças havidas na combinação e dinâmica das forças produtivas, bem como as modificações ocorridas nas relações de produção, provocaram o desenvolvimento do proletariado rural e inclusive a modificação da sua composição interna. Cresceu progressivamente o contingente de assalariados temporários e residentes nas periferias da cidade de Sertãozinho. f) Devido às peculiaridades econômico-sociais e políticas da agroindústria açucareira, vista em perspectiva nacional e regional, a

ação estatal tornou-se visível em todos os principais momentos das relações de produção envolvidas nas fainas dos canaviais e das usinas do lugar.

Uma primeira imagem das modificações econômico-sociais e políticas que acompanharam a expansão dos canaviais em Sertãozinho aparece nos dados relativos à evolução do número de estabelecimentos agrícolas. A medida que se desenvolveu a agroindústria açucareira, ocorreu ali um rearranjo da estrutura fundiária. Antes, em 1920, quando predominava a cafeicultura, havia 400 estabelecimentos agrícolas no Município de Sertãozinho. Em seguida, principalmente devido às crises da economia cafeeira, multiplicaram-se os estabelecimentos agrícolas. Subdividiram-se fazendas de café. Em 1938, Sertãozinho perdeu o distrito de Pradópolis para o Município de Guariba. Ainda assim, em 1940, o Município de Sertãozinho contava com 718 estabelecimentos. Em 1950, eles eram 579. Em seguida, em 1953, Sertãozinho perdeu o distrito de Barrinha, que se transformou em Município. Em 1960, os estabelecimentos agrícolas do Município de Sertãozinho baixaram para 425. Mas em 1960, o Município de Barrinha (que havia sido criado em 1953) contava com 93 estabelecimentos. Mesmo que todos estes estabelecimentos fossem somados com os de Sertãozinho, ainda assim houve concentração da propriedade fundiária, se comparamos os números de 1960 com os de 1950. Em 1970, os estabelecimentos agrícolas elevaram-se para 475. Um motivo para isso talvez tenha sido a atuação do *Instituto do Açúcar e do Alcool* (IAA), no sentido de proteger os plantadores de cana-de-açúcar, isto é, fazendeiros e sitiantes, em face da tendência das usinas de absorver terras e canaviais. Outro motivo poderia ter sido a prosperidade de outras culturas, como a soja, o milho, o amendoim ou outras, que defenderam ou mesmo multiplicaram estabelecimentos agrícolas a elas dedicados. Em 1972, o levantamento realizado pelo INCRA registrou 515 imóveis rurais em Sertãozinho. Em parte ao menos, é provável que a discrepância entre os dados do IBGE, para 1970, e os do INCRA, para 1972, é devida aos diferentes critérios utilizados por essas duas agências de coleta de dados¹. De qualquer forma, não deixa de ser significativo o rearranjo da estrutura fundiária verificado em Sertãozinho, entre 1940 e 1972, quando as unidades rurais passaram de 718 para 515. Ao longo desses anos, foi a usina que se impôs, como o principal núcleo da agroindústria açucareira que predomina em Sertãozinho.

Foi realmente acelerada a expansão da agroindústria açucareira de Sertãozinho, ao longo dos anos 1944-1974. Em termos de área plantada, a área da cana ultrapassa o café, em 1944, e o café e o algodão, em conjunto, em 1953. Em 1956 a área cultivada com cana chegava a 12.000 hectares, ao passo que o café e o algodão cobriam 4.900 hectares. Em 1956, havia em Sertãozinho 7 usinas de açúcar e 5 engenhos de aguardente. Além de outras oficinas e fábricas de produção e reparação de implementos agrícolas, havia 3 indústrias para fabricação ou reparação de aparelhos de usinas de açúcar². Naturalmente o Município de Sertãozinho continuou a produzir café, algodão, milho, amendoim, arroz e outros produtos, para o consumo local e comércio fora do lugar. Mas continuou a crescer a importância relativa e absoluta da cana-de-açúcar. Em 1968, o valor da produção canavieira alcançou cerca de 90 por cento do valor total da produção agrícola do Município. Em 1970 mantém os 90 por cento do valor total da produção agrícola. E em 1974, conforme indicam os dados da Tabela IV, a produção canavieira alcançou 92,68 do valor total da produção agrícola. Nessa ocasião, as usinas de açúcar são 5, produzindo para o mercado regional e externo, conforme a política açucareira coordenada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

À medida que se expandia, a agroindústria açucareira provocava mudanças na composição da mão-de-obra agrícola, em geral. Cresceu o uso de máquinas e equipamentos nos processos produtivos. Instalou-se e consolidou-se no campo a fábrica de açúcar. A organização das atividades produtivas, em função das exigências da agroindústria açucareira, induziu uma reformulação da composição das forças produtivas, composição essa na qual a força de trabalho também foi redefinida. Ao crescer a importância das máquinas e equipamentos nas atividades produtivas, desenvolveu-se a divisão social do trabalho e modificou-se a importância relativa da força de trabalho. Ao mesmo tempo, também as outras atividades agrícolas sofreram influências dos padrões de organização da produção predominantes na agroindústria açucareira. Para ajustarem-se às exigências do capital aplicado na usina, os fazendeiros proprietários de canaviais tiveram de reorganizar as suas empresas. Para obter lucros semelhantes ou maiores que os obtidos por esses fazendeiros, os proprietários de culturas de soja, milho, arroz, amendoim e outros tiveram que reorganizar ou dinamizar os seus empreendimentos. Ao longo das décadas que compreendem o ciclo

TABELA IV – Área plantada e valor da produção. Sertãozinho, 1974

Espécie	Área plantada		Valor da produção	
	Ha.	%	Cr\$	%
Cana-de-açúcar	29 000	86,38	99 536 800,00	92,68
Soja	900	2,68	2 160 000,00	2,02
Amendoim	600	1,79	1 470 000,00	1,37
Milho	1 200	3,57	1 250 000,00	1,16
Arroz	800	2,38	1 100 000,00	1,02
Algodão	500	1,49	720 000,00	0,67
Feijão	100	0,30	250 000,00	0,23
Café	40	0,12	130 000,00	0,12
Laranja	33	0,10	90 000,00	0,08
Outros produtos	400	1,19	700 000,00	0,65
TOTAL	33 573	100,00	107 406 800,00	100,00

FONTE: IBGE, Agência Municipal de Estatística, Município de Sertãozinho, 1975.

da cana em Sertãozinho, generalizaram-se novos padrões capitalistas de produção, por influência do mercado açucareiro; das disponibilidades de terra, capital, tecnologia e força de trabalho; da interdependência e antagonismo entre vendedores e compradores de força de trabalho; da ação governamental, por suas leis, normas, incentivos, financiamentos etc..

Uma imagem aproximada das modificações mencionadas aparece nos dados na Tabela V, relativas às despesas diretas da produção agrícola em Sertãozinho. Em pesquisa realizada junto a 48 proprietários agrícolas, dos quais 42 dedicados aos negócios da cana-de-açúcar, pesquisa relativa ao ano agrícola 1969/70, foi constatado que os gastos com máquinas são significativos, em confronto com os gastos com mão-de-obra assalariada e com animais³. Essa pode ser mais uma indicação da crescente mecanização dos processos de trabalho na agroindústria açucareira. Isto é, na economia açucareira cresceram os investimentos em máquinas e equipamentos. A expansão das atividades produtivas, relacionadas com o preparo da terra, o plantio, o trato, a fabricação do

TABELA V – Despesas diretas de produção. Sertãozinho, 1969/70

Itens	Valor – Cr\$
Mão-de-obra assalariada	74 405
Gastos com máquinas	41 370
Gastos com culturas	37 960
Gastos com animais	2 630
Gastos com comercialização	7 270
Gastos gerais	128 700
TOTAL	292 385

FONTE: Richard L. Meyer e Paulo F. Cidade de Araujo, *op. cit.*, p. 40.

açúcar, o transporte e a comercialização desse produto propiciou o uso mais generalizado de máquinas e equipamentos, de fertilizantes e defensivos, e do crédito, todos indícios do desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção no mundo agrário de Sertãozinho.

Esse foi o contexto em que se modificou a composição da força de trabalho empregada na agricultura de Sertãozinho. Conforme indicam os dados da Tabela VI, entre 1940 e 1972 cresceu relativamente pouco a mão-de-obra agrícola no Município.

Os dados relativos a parceria e arrendamento podem ser de interesse para avançarmos um pouco mais na caracterização da economia e sociedade rurais no Município de Sertãozinho. Em 1972, segundo os dados do INCRA, apenas 11 imóveis rurais estavam sendo explorados também por parceiros. E eram 21 os parceiros, dos quais apenas 10 sob contrato escrito; os outros trabalhavam com base em contrato verbal. No mesmo ano, eram 45 os imóveis nos quais haviam arrendatários. Os arrendatários eram 49, mas eram 45 os que estavam sob contrato escrito. Apenas 4 haviam estabelecido contrato verbal. Cabe observar ainda que o arrendamento de terras é uma forma normal de exploração capitalista da terra. Nesse caso, com freqüência o arrendatário é ele próprio um médio ou pequeno empresário que compra força de trabalho e investe capital em seu empreendimento agrícola. No caso do parceiro, o regime de parceria pode significar uma forma disfarçada de assalariado rural. Com freqüência a parceria é uma forma de organização social das relações de produção na qual o proprietário da terra transfere encargos ao parceiro, que luta para não proletarianizar-se completamente; ou luta para escapar à condição proletária.

Contemporaneamente à expansão da agroindústria açucareira, cresceu e diferenciou-se a produção industrial. Obviamente essa produção destinava-se a atender a uma parte das exigências das atividades urbanas e rurais da população do Município de Sertãozinho. Desenvolveram-se as indústrias de produtos alimentares, bebidas, mobiliário, material de transporte e vários outros. Em especial, desenvolveram-se as indústrias mecânicas e metalúrgicas, além das alimentares. Os dados de Tabela VII dão uma idéia da progressiva expansão das atividades industriais em Sertãozinho. Note-se que aumentou de 33 estabelecimentos industriais, em 1940, para 172, em 1973. Em 1973, as empresas de metalurgia e mecânica, bastante ligadas à reparação e produção de máquinas e equipamentos para a agroindústria açucareira, empregavam mais de 50 por cento do total de pessoal ocupado no setor industrial. Além dessas, obviamente também outras atividades industriais, como as de material de transporte, de produtos alimentares e algumas outras ligavam-se às demandas das populações e dos empreendimentos agrícolas.

Uma visão de conjunto da organização econômica do Município de Sertãozinho pode ser obtida pelo exame da distribuição da população de 10 anos de idade e mais, segundo os setores de atividades. Os dados de Tabela VIII mostram que o setor agropecuário emprega mais de 40 por cento das pessoas em idade produtiva. Ao passo que os outros 60 por cento dedicam-se às

TABELA VI – Mão-de-obra Agrícola. Sertãozinho, 1940-1972

<i>Ano</i>	<i>Mão-de-obra permanente (*)</i>	<i>Mão-de-obra temporária</i>	<i>Total</i>
1940	5 590	123	5 713
1950	4 733	859	5 592
1960	3 852	3 835	7 687
1972	2 105 (**)	4 177	6 282

FONTES: IBGE, Censos Agrícolas. Os dados de 1972 são do INCRA.

(*) Inclui parceiros e arrendatários

(**) Não inclui parceiros e arrendatários.

TABELA VII – Atividades industriais. Sertãozinho, 1940-1973

Ano	Estabelecimentos	Pessoal ocupado		Valor da produção Cr\$
		Total	Operários	
1940	33	350	—	10 353 000,00
1950	67	497	381	67 627 000,00
1960	84	1 033	775	102 381 000,00
1970	111	1 960	1 788	123 978 000,00
1973	172	3 930	—	412 535 000,00

FONTE: IBGE, Censos Industriais. Os dados de 1973 foram fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, do IBGE, no Município de Sertãozinho.

TABELA VIII – Atividades das pessoas de 10 anos e mais. Sertãozinho, 1970

Setor de atividades	Número
Agricultura, pecuária, extração vegetal, caça e pesca	4 693
Atividades industriais	2 770
Comércio de mercadorias	696
Prestação de serviços	1 301
Transportes, comunicações e armazenagem	398
Atividades sociais	511
Administração pública	282
Outras atividades	380
TOTAL	10 031

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1970.

atividades do secundário e terciário, em certos casos bastante vinculados às atividades do setor primário.

Ao modificar as relações da produção no campo, a agroindústria açucareira conferia, indiretamente, novo impulso à cidade de Sertãozinho. Além das demandas econômico-financeiras, que o campo normalmente pode fazer à cidade, em Sertãozinho os setores secundário e terciário desenvolveram-se também um pouco sob os estímulos e as flutuações dos movimentos sazonais da economia açucareira. O tempo da agroindústria açucareira, comandado pelo movimento das épocas de safra e entressafra, confere um pouco do seu andamento à vida da cidade de Sertãozinho. A época da safra é a época do pleno emprego. As estradas e os caminhos tornam-se mais movimentados. Chegam operários de fora, de outros municípios e Estados, para trabalhar no corte da cana ou na usina.

A rigor, desde que desenvolveu a agroindústria açucareira, ela deslocou para a cidade uma parcela significativa da população agrária. À medida que se aprofundou e generalizou, o processo de proletarização inerente à expansão da economia açucareira provocou um rearranjo das forças produtivas e transferiu para a cidade de Sertãozinho uma parte significativa da mão-de-obra rural. Note-se que não apenas expulsou do campo, pela introdução ou expansão de processos mecanizados

de trabalho. Além de expulsar uma parte da mão-de-obra, a agroindústria açucareira transferiu para fora das terras da usina e dos canaviais uma parte significativa da sua mão-de-obra permanente e temporária. Daí porque cresceu paulatinamente a população urbana, além das taxas normais de crescimento das atividades nos setores secundário e terciário localizados na cidade. Conforme indicam os dados da Tabela IX, foi em 1960 que a população urbana de Sertãozinho ultrapassou a rural. Em seguida continuou a decrescer a população do campo. Mas à medida que se expandia o mundo urbano de Sertãozinho, urbaniza-se também o mundo rural. Foi a agroindústria açucareira que tornou bastante urbanizadas as relações sociais, os valores e os padrões de pensamento e comportamento nos canaviais e nas usinas de Sertãozinho.

A análise e os dados apresentados aqui não pretendem ser exaustivos. Eles narram apenas o perfil, algumas relações e o andamento da economia e sociedade de Sertãozinho. Ao descrever a formação da agroindústria açucareira, surgiram, necessariamente, dados e sugestões sobre as relações entre agricultura e indústria, o campo e cidade, proletários e burgueses. Alguns dos temas apenas sugeridos, serão retomados em seguida. Por agora, o que é necessário, é chamar a atenção para o fato de que a expansão e hegemonia da agroindústria açucareira, em Sertãozinho, implicou no aprofundamento e generalização das relações capitalistas de produção. Não se trata de dizer que o capitalismo no campo chegou em Sertãozinho com os canaviais. Não é isso. Em Sertãozinho o capitalismo chegou com os cafezais, em fins do século XIX. Ocorre que a cafeicultura propiciou um tipo particular de organização capitalista das forças produtivas e das relações de produção. A cafeicultura que se desenvolveu em Sertãozinho provavelmente implicava numa baixa composição orgânica do capital. Isto é, implicava em numerosa mão-de-obra agrícola, e principalmente agrícola. Nas condições históricas em que se desenvolveu a cafeicultura em Sertãozinho, a força de trabalho era fornecida principalmente por imigrantes italianos e seus descendentes. Isso significou que o proletariado agrícola dos cafezais tinha certa proteção política da embaixada e consulados italianos. Além disso, as remessas de dinheiro, que os imigrantes faziam para os seus familiares, fizeram com que o governo italiano e uma parcela da burguesia financeira desenvolvessem algum interesse pelo que ocorria com os italianos dos cafezais⁴. Por esses e outros motivos, os colonos italianos dos cafezais tiveram alguma proteção política e jurídica. De qualquer forma, o ciclo do café foi, em Sertãozinho, uma primeira forma de desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo. Em seguida, entre 1920 e 1950, quando decaiu a cafeicultura, crescem momentaneamente os algodoads e diversificam-se as atividades agrícolas, a economia e a sociedade de Sertãozinho continuam baseadas principalmente na produção para o mercado. A decadência do café foi acompanhada de um rearranjo da estrutura fundiária e da estrutura produtiva, mas não de uma decadência econômico-social do lugar. Desenvolveu-se a policultura. Esta seria uma segunda forma de desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo. Esta foi, ainda, uma forma na qual a força de trabalho foi usada extensivamente. Em seguida, quando se expande e predomina a agroindústria açucareira, entra em causa uma terceira forma de organização social e técnica das

TABELA IX – População urbana e rural – Município de Sertãozinho 1940-1970

Ano	População urbana		População rural		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1940	5 602	26,3	15 688	73,7	21 290	100,0
1950	7 155	35,1	13 202	64,9	20 357	100,0
1960	13 758	52,0	12 683	48,0	26 441	100,0
1970	22 878	73,6	8 188	26,4	31 066	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos.

forças produtivas e das relações de produção. Neste caso, passou a elevar-se a composição orgânica do capital. Isto é, desenvolveu-se a divisão social do trabalho, cresceu continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos e reduziu-se relativamente o montante de capital aplicado na compra da força de trabalho. Desde que a agroindústria açucareira tornou-se preeminente no mundo agrário de Sertãozinho, modificaram-se substantivamente as relações de interdependência e antagonismo entre o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, os operários e os burgueses.

Notas

- (1) O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem trabalhado com a noção de *estabelecimento*, como unidade administrativa na qual se processa "uma exploração agropecuária". Ao passo que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) trabalhou em 1972 com a noção de *imóvel* rural, como unidade "que possa ser utilizada em exploração agrícola", independentemente de sua "localização na zona rural ou urbana do Município". CF. *Estatísticas Cadastrais/1*, INCRA, pp. IX-X.
- (2) Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, pp. 52-55.
- (3) Richard L. Meyer e Paulo F. Cidade de Araujo, *Aspectos Econômicos da Agricultura na Região de Ribeirão Preto, Ano Agrícola 1969/70*, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1971. Consultar também: Roberto José Moreira, *Análise do Investimento a Nível de Propriedades Agrícolas da Região de Ribeirão Preto. Estado de São Paulo*, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1973.
- (4) Constantino Ianni, *Homens Sem Paz*, Civilização Brasileira, 1972, pp. esp. pp. 162-166.

VI – A Expansão da Agroindústria açucareira

A produção açucareira do Brasil, e em especial do Estado de São Paulo, vinha crescendo mais ou menos ininterruptamente desde o término da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Nessa ocasião se restabelece e dinamiza o comércio internacional, que havia sido interrompido ou prejudicado pelo comércio da guerra. Nessa ocasião, foi restabelecido e dinamizado o comércio de gêneros alimentícios, matérias-primas e manufaturados. E o açúcar entrou como um item importante do comércio internacional de gêneros alimentícios. Ao mesmo tempo se restabelece e dinamiza o comércio interno, devido à liberação de forças econômicas e sociais, com o término da economia de guerra na qual se achava o Brasil. Esse foi o contexto no qual se iniciou e desenvolveu uma época notável da agroindústria açucareira no Brasil, em geral, e no Estado de São Paulo, em especial. Esse foi o contexto no qual realizou-se uma notável expansão da agroindústria açucareira no Município de Sertãozinho.

Entre 1951 e 1968, a produção brasileira de açúcar passou de 26.595.636 sacos de 60 kg para 68.530.445 sacos. Nesse período, a produção açucareira do Estado de São Paulo passou de 30,47 por cento do total nacional para 48,95 por cento. No período 1969-73, a produção brasileira continuou a expandir-se, passando de 72.215.665 sacos para 111.381.873. Nesse mesmo período, a produção da região centro-sul, na qual o Estado de São Paulo é o maior produtor, passa de 62,94 por cento do total para 70,44 por cento. Contemporaneamente a essa expansão da produção açucareira, expande-se tanto o consumo interno como a exportação de açúcar. Com altos e baixos, naturalmente, a exportação açucareira do Brasil vinha crescendo desde o término da Segunda Guerra Mundial. A Tabela X dá uma idéia da evolução dos índices dos valores de exportação do açúcar, café, cacau e algodão, entre 1944 e 1973. Em termos de índice, o açúcar passou de 27, em 1944, para 100 em 1953. Em 1960 alcançou 258; em 1970 havia chegado a 590 e em 1973 chegou a 2.464 o índice do valor da exportação de açúcar.

A produção açucareira do Brasil ganhou novo impacto a partir de 1960, quando Cuba perdeu a sua cota no mercado interno norte-americano. A vitória da revolução socialista em Cuba, em 1959-60, foi também um acontecimento de importância na evolução do setor açucareiro no Brasil. A partir dessa ocasião, iniciou-se a exportação de açúcar brasileiro para o mercado interno norte-americano e expandiu-se cada vez mais a exportação desse produto para outros mercados. "A

TABELA X – Índices de exportação de produtos agrícolas – Base: 1953 = 100

Período	"Quantum"						Valor US\$					
	Café	Cacau	Açúcar	Minérios de ferro	Pinho	Algodão	Café	Cacau	Açúcar	Minérios de ferro	Pinho	Algodão
1944	87	94	28	13	51	77	19	22	27	4	47	35
1945	91	77	11	19	43	118	21	16	13	6	43	55
1946	100	120	86	41	81	253	32	47	17	1	86	156
1947	95	91	24	13	86	205	39	76	54	3	100	165
1948	112	66	141	38	102	185	45	77	168	14	111	181
1949	125	122	15	43	68	100	58	70	19	24	77	107
1950	95	121	9	57	89	92	79	105	15	29	84	104
1951	105	88	8	84	117	103	97	92	16	56	129	204
1952	102	54	17	100	70	20	96	55	23	102	85	34
1953	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1954	70	111	63	107	87	222	87	180	55	93	98	219
1955	88	112	224	164	121	126	78	121	209	130	152	129
1956	108	116	7	175	70	102	95	89	7	152	88	84
1957	92	101	166	214	147	47	78	93	205	207	168	43
1958	83	95	297	180	121	29	63	119	256	170	135	24
1959	112	73	241	252	87	56	67	79	191	188	99	35
1960	108	115	301	329	100	68	66	92	258	230	111	45
1961	109	96	306	398	118	147	65	61	293	259	123	108
1962	105	51	174	486	86	155	59	32	176	299	95	110
1963	125	63	205	527	84	159	69	47	323	306	91	112
1964	96	69	99	621	111	156	70	46	148	349	123	106
1965	87	85	297	812	122	114	65	37	253	446	136	94
1966	108	103	393	823	129	169	70	67	359	434	146	109
1967	108	105	391	911	109	136	65	79	359	445	128	89
1968							73	51	464			128
1969							89	116	524			193
1970							90	86	590			152
1971							71	101	683			135
1972							97	110	1 799			187
1973							123	164	2 464			214

presença do açúcar brasileiro no mercado americano só foi possível quando, em meados de 1960, como consequência do rompimento de relações diplomáticas com Cuba, os Estados Unidos resolveram admitir novos fornecedores, a título precário e experimental. Assim, iniciamos as nossas exportações a título de *non quota* mas com as vantagens do sistema de preferência, até que, em 1962, fomos admitidos em caráter definitivo, com uma participação básica de 6,37%, elevada em 1965 para 7,56%, como até hoje (1971) permanece"¹.

As perspectivas abertas à agroindústria açucareira do Brasil naturalmente provocaram uma ação mais sistemática e generalizada do governo. Algumas decisões relativas a cotas de produção, comercialização e exportação foram adotadas, de modo a aproveitar as novas possibilidades de exportação. Adotaram-se também incentivos governamentais, destinados a melhorar a produtividade das usinas e dos canaviais. Em 1964, devido à expansão do mercado externo e à redistribuição das cotas pelas regiões, áreas e usinas do país, o Estado de São Paulo "passou a desenvolver grandemente seu parque açucareiro, ampliando o número de usinas e modernizando a tecnologia da produção, de modo que na safra de 1970-71, por exemplo, a produção da região norte-nordeste atingia a 34% do total do Brasil, enquanto a do centro-sul passava a 66%; só o Estado de São Paulo respondia por cerca de 50%"². "No que diz respeito à eficiência das usinas, o decreto-lei nº 1.186, de 27 de setembro de 1971, relativo à fusão, incorporação e realocação de usinas de açúcar em todo o país, representa a medida mais recente no sentido de obtenção de economias de escala condizentes com o propósito de eficiência que caracteriza a política governamental. . ."³.

Esse foi o contexto no qual ocorreu a formação e a expansão da agroindústria açucareira do Município de Sertãozinho, ao longo dos anos 1945-75. As cinco usinas de açúcar de Sertãozinho são, ao mesmo tempo, parte e expressão da forma pela qual tem se desenvolvido o setor açucareiro no Brasil. Em boa parte, essas usinas refletem os movimentos e andamentos da economia açucareira do Brasil; e em especial do Estado de São Paulo. Isso pode ser observado nos dados apresentados na Tabela XI. A título de exemplo, note-se como evolui a produção de sacos de açúcar da usina São Geraldo. Em 1946, eram produzidos 4.020 sacos. Em 1954 são 152.410; em 1964 passam a ser 400.855. E em 1974, 836.910. Para 1975, a previsão é de 924.000 sacos de 60 k. Evolução semelhante ocorreu na produção das outras usinas de Sertãozinho.

É inegável que a expansão da demanda de açúcar, bem como as alterações havidas no mercado internacional propiciaram condições para a expansão da produção açucareira no Brasil, no Estado de São Paulo e no Município de Sertãozinho. Mas esse processo não foi comandado apenas pela demanda, ainda que o comportamento da demanda seja crucial no que diz respeito a gêneros alimentícios. O crescimento da produção açucareira foi também o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção na agroindústria açucareira. Progressivamente cresceu a importância relativa e absoluta da máquina, fertilizante, defensivo, energia elétrica, derivados do petróleo e da ação governamental. Ao mesmo tempo, alterou-se a composição e a participação da força de trabalho no processo produtivo, tanto nos canaviais como nas usinas.

Uma imagem da crescente "maquinização" do processo produtivo, na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo, pode ser obtida pelo exame dos dados apresentados na Tabela XII. Nessa tabela comparam-se dados sobre "o emprego de fatores de produção, na cultura da cana" para os Estados de São Paulo e Pernambuco. "Observa-se que o emprego de mão-de-obra em São Paulo é cerca de um quarto da força de trabalho utilizada em Pernambuco. O uso de animais é também menos acentuado no Estado de São Paulo que utiliza cerca de 12 vezes mais equipamentos e máquinas que Pernambuco"⁴.

Em Sertãozinho, da mesma maneira que em outras áreas do Estado de São Paulo, tem crescido o coeficiente de capital investido em máquina e equipamentos; ao mesmo tempo que se reduz relativamente a esse o capital destinado à compra de força de trabalho. Nas usinas e nos canaviais, o processo produtivo tem provocado a expulsão de trabalhadores, bem como a redefinição das condições de trabalho dos trabalhadores que continuam a ser necessários. Mas essa mudança na composição das forças produtivas envolvidas na agroindústria açucareira não tem ocorrido apenas devido ao interesse dos empresários em aumentar e aperfeiçoar a produção. Também a progressiva extensão da legislação trabalhista ao mundo agrário tem sido uma condição

TABELA XI – Produção açucareira de Sertãozinho: 1946-1975

Sacos de 60 k

<i>Usina Ano</i>	<i>Albertina</i>	<i>S. Elisa</i>	<i>S. Antonio</i>	<i>S. Francisco</i>	<i>S. Geraldo</i>
1946				2 760	4 020
1947			23 046	5 436	19 512
1948			36 117	14 373	38 825
1949			23 954	12 683	23 228
1950			24 362	10 200	46 646
1951		113 160	54 712	24 757	64 003
1952		126 290	71 501	33 671	83 304
1953		170 400	94 602	51 728	117 128
1954		188 000	103 644	65 017	152 410
1955		120 000	104 476	50 792	116 187
1956		178 300	139 149	54 731	102 822
1957		257 000	245 364	122 913	207 952
1958		259 000	272 335	192 763	296 893
1959		346 000	212 135	132 714	224 908
1960		483 500	265 572	175 594	282 840
1961		431 700	257 067	160 515	242 524
1962		408 700	277 530	234 188	336 191
1963		423 400	361 900	321 746	393 344
1964		363 900	346 314	332 331	400 855
1965		607 600	516 529	271 594	642 350
1966		409 600	522 753	246 689	361 893
1967		408 000	527 959	251 132	361 128
1968		704 300	610 718	325 599	432 246
1969	181 443	661 620	590 820	382 717	476 670
1970	250 000	729 188	604 511	405 599	606 211
1971	206 158	729 188	684 511	535 452	685 208
1972	218 278	772 060	774 755	716 932	725 494
1973	482 566	1 184 404	901 430	905 493	1 017 850
1974	412 100	982 619	791 502	838 460	836 910
1975*	278 000	984 000	923 000	992 000	924 000

* Previsão estabelecida no Ato nº 11/75, de 10-6-1975, em conformidade com o Plano de safra de 1975/76 (Resolução nº 2 092, de 20-5-1975, do IAA).

básica da mecanização do processo produtivo. As obrigações trabalhistas impostas aos empresários, ao lado das reivindicações dos operários industriais e agrícolas, tem induzido os empresários a investir cada vez mais em máquinas e equipamentos⁵. Sob vários aspectos, a aprovação do *Estatuto do Trabalhador Rural*, em 1963, e a criação do *Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural* (FUNRURAL), em 1971, foram marcos importantes no desenvolvimento das relações de produção no mundo rural. Ao mesmo tempo, essas instituições da legislação trabalhista para o campo assinalam momentos importantes no processo de expansão do uso de máquinas e equipamentos na agroindústria açucareira. Foi esse o contexto no qual a usina expandiu ainda mais a sua influência na economia e sociedade rurais. Com a usina, a própria indústria vai ao campo e a agricultura é completamente submetida pelo capital.

TABELA XII – Emprego de fatores de produção na cultura da cana-de-açúcar nos estados de São Paulo e Pernambuco, Safra de 1965/66 (em ha)

Estados	DISCRIMINAÇÃO	Homens dia	Animais dia	Máquinas dia	Sementes ton.	Produtos Químicos (kg)	Adubos (kg)
Pernambuco	Usinas	112,09	17,98	0,56	1,38	0,15	0,04
	Fornecedores	98,20	10,60	0,10	1,50	1,90	0,02
	Média	105,14	14,29	0,33	1,44	1,03	0,03
São Paulo	Usinas	29,63	1,54	6,73	1,72	0,99	0,86
	Fornecedores	37,40	4,80	4,80	1,60	0,30	0,15
	Média	33,51	3,17	5,76	1,66	0,64	0,50

FONTE: Wilson Carneiro, "A Concentração Econômica da Agroindústria Açucareira", *Brasil Açucareiro*, nº 72, novembro de 1968, pp. 28-35. Cf. Oriowaldo Queda, *op. cit.*, p. 113.

Notas

- (1) Francisco Ribeiro da Silva: "A lei americana sobre o açúcar - 'Sugar Art' - seus propósitos e como funciona", *Brasil Açucareiro*, nº 4, Rio de Janeiro, Abril de 1971, pp. 8-12, citação da p. 10.
- (2) Ruy Miller Paiva, Salomão Schattan e Claus F. Trench de Freitas, *Setor Agrícola do Brasil*, Secretaria de Agricultura, São Paulo, 1973, p. 165.
- (3) Ruy Miller Paiva, Salomão Schattan e Claus F. Trench de Freitas, *op. cit.*, p. 167.
- (4) Oriowaldo Queda, *A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista*, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1972, pp. 112-114.
- (5) Roberto José Moreira, *Análise do Investimento a Nível de Propriedades Agrícolas da Região de Ribeirão Preto. Estado de São Paulo*. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1973; Richard L. Meyer e Paulo F. Cidade Araujo, *Aspectos Econômicos da Agricultura na Região de Ribeirão Preto, Ano Agrícola 1969/70*, citado; Oscar J.T. Etori, Yoshihiko Sugai e Paul F. Bemelmans, "Custo de produção de cana industrial produzida pelos fornecedores cotistas em São Paulo", *Agricultura em São Paulo*, Ano XV, nºs 1/2, São Paulo, 1968, pp. 33-54.

VII – A Sociedade da Usina

Ao longo dos anos 1945-75, as usinas de açúcar transformaram-se em núcleos importantes da vida econômica e política do Município de Sertãozinho. Ao lado das agências e organizações federais e estaduais, da Prefeitura Municipal e da empresa industrial Zanini S.A. Equipamentos Pesados, as cinco usinas de açúcar existentes em 1975 em Sertãozinho são núcleos importantes da vida econômica e política do lugar. São estas as usinas que se acham em funcionamento em Sertãozinho, em 1975: Usina Albertina S.A., Usina Santa Elisa S.A., Usina Açucareira Santo Antonio, Usina Açucareira São Francisco S.A. e Usina São Geraldo. Essas usinas estão encarregadas das próprias usinas, ou das suas empresas associadas, como os canaviais de propriedade de fazendeiros e sitiantes, são processados nas cinco usinas, onde são transformados em vários tipos de açúcares e álcoois. Isso significa que as relações entre os usineiros e os fornecedores de cana-de-açúcar, e entre estes e aqueles com os trabalhadores da agroindústria, não podem ser compreendidas se não compreendermos o que é a usina, enquanto um universo social, ou político-econômico.

A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade, no campo. Parece inserida no processo de reprodução do capital agrário. Na usina, o capital agrário e o capital industrial aparecem conjugados, um subsumindo o outro. De longe, vista no campo, a usina parece engulida pelo canavial; a fábrica pela planta; a indústria pela agricultura. Mas o que ocorre é o inverso, reverso. Na agroindústria açucareira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital agrário as suas cores e os seus matizes. Na usina, a cana-de-açúcar é industrializada, transformada em açúcares e álcoois, seguindo as exigências e a lógica da produção industrial. Aí comandam os processos físicos e químicos, mas sobressai a máquina e o andamento maquinizado. Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente, segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial. Pouco a pouco as exigências da usina se estabelecem e se impõem nos canaviais, sobre os fazendeiros, os plantadores e os operários rurais. É verdade que a cana-de-açúcar se faz segundo o andamento da natureza, nas suas estações. Mas esse andamento pode acelerar-se algum pouco e aperfeiçoar-se, segundo determinações provenientes da usina. É nesse movimento que se aplicam e propagam o fertilizante, o defensivo, o caminhão, o trator, a queima das folhas, a intensidade do corte, a velocidade do transporte, a intensificação da força de trabalho.

Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada têm a ver com a doçuca da cana madura.

No centro desse movimento de crescente "maquinização" do processo produtivo, está a usina. "A usina é uma fábrica de açúcar, com investimento complementar na produção (agrícola) da matéria-prima. Uma parte substancial do seu ativo imobilizado é constituída pelo capital fixo industrial, cuja valorização exige que sua capacidade de produção seja aproveitada em elevada proporção, com absorção de quantidades crescentes de cana. Além do mais, a exploração dos ganhos de escala provocou o aparecimento de usinas cada vez maiores"¹. Na usina o processo produtivo envolve uma complexa divisão social do trabalho organizada com base em processos e meios maquinizados. "Depois de esmagada a cana nas moendas, o caldo é submetido a uma série de processos físicos e químicos de purificação, para retirar as impurezas que impedem ou prejudicam a cristalização do açúcar. Logo após, o caldo beneficiado é concentrado em aparelhos de evaporação, de efeitos múltiplos, de acordo com o número de vasos evaporadores, transformando-se em xarope. O açúcar contido no xarope é cristalizado inicialmente, nos aparelhos do cozimento a vácuo, passando a massa cozida aos cristalizadores, para esfriar lentamente, tornando-se viscosa e esgotando o líquido-mãe pelo depósito de novos cristais. Em continuação, a turbinagem cuida de reparar os cristais das águas-mães que os envolvem. O açúcar retirado pelas turbinas da massa cozida de primeira é chamado de primeiro jato. O mel rico volta a ser utilizado, ainda, para a obtenção de açúcar de primeira, ao passo que o mel pobre destina-se à obtenção de açúcar de segundo jato. Em algumas usinas as instalações permitem chegar à fabricação de açúcar de terceiro jato. O mel residual da última centrifugação é chamado melaço ou mel exausto, a ser utilizado como matéria-prima para a fabricação de álcool ou aguardente. As operações acima indicadas obedecem ao seguinte escalonamento: a) esmagamento da cana e extração do caldo; b) b) purificação do caldo — sulfitação, colagem, preaquecimento, decantação e tratamento dos resíduos; c) evaporação; d) cozimento; e) cristalização; f) turbinagem; g) secagem e ensacamento. O processo sofre determinadas alterações conforme o tipo de açúcar que se deseja obter: açúcar branco tipo usina ou açúcar escuro, tipo demerara. O cristal tem alta polarização e sofre um descoramento mais completo, ao passo que o demerara apresenta os cristais envolvidos por uma película aderente de melaço. Finalmente, o açúcar cristal, antes de ser entregue ao consumo é, via-de-regra, submetido a um processo de refinação, destinado a torná-lo impecavelmente alvo, diminuir-lhe o grau de umidade e retirar-lhe o cheiro que, por vezes, se apresenta, como decorrência de defeito de fabricação ou por alteração subsequente do açúcar bruto"². Note-se que os processos físicos e químicos envolvidos na operação da usina implicam numa complexa divisão social do trabalho, que vai do foguista ao químico, do engenheiro de máquinas ao ensacador.

Ao mesmo tempo, a usina polariza o processo produtivo que vai dos canaviais ao açúcar ensacado. Independentemente da quantidade e proporção de cana que processa, a usina polariza todos os movimentos da agroindústria açucareira. "A usina representa o núcleo irradiador de intensas atividades, objeto de vasta legislação específica, nela centralizando-se a intervenção estatal. É o estabelecimento industrial titular de uma cota de produção de açúcar, o qual se abastece compulsoriamente de matéria-prima dentro de quantitativos rigidamente estabelecidos"³.

Em 1975, são cinco as usinas de açúcar e álcool existentes no Município de Sertãozinho. Antes, em 1956, havia sete usinas ali, além de engenhos de aguardente. Em seguida, à medida que se expandem os negócios do açúcar, no Brasil e no exterior, as usinas são reduzidas a cinco, com maquinário novo e maior produtividade. Produzem açúcares para o mercado interno e para exportação. Em 1975, são estas as usinas no lugar: Usina Albertina S.A. Usina Santa Elisa S.A. Usina Açucareira Santo Antonio, Usina Açucareira São Francisco S.A., e Usina São Geraldo. Algumas dessas usinas tiveram origem em engenhos de aguardente, pois que em Sertãozinho floresceram os engenhos de aguardente nos anos 1920-40. E os engenhos, por sua vez, em muitos casos sucederam a cafeicultura decadente. No caso da Usina Santa Elisa, a sua história estaria ligada a um engenho de aguardente. "Em 1936, os Srs. Pedro Biagi e João Marchesi adquiriram em hasta pública a propriedade denominada *Retiro*, no Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, e ali fundaram um engenho para fabricação de aguardente de cana-de-açúcar. Foi adotada a nova denominação de *Fazenda Santa Elisa*. Em 1937, a sociedade foi registrada sob a razão social *M. Biagi & Cia*, ocorrendo o ingresso dos Srs. Maurílio Biagi, Gaudêncio Biagi, Bandílio e João

Pagano, e a saída do Sr. João Marchesi. Houve ampliação das instalações industriais criando-se um complexo que compreendia usina de açúcar e álcool, além da antiga destilaria de aguardente. Naquele ano foram produzidos pela usina 15.600 sacos de açúcar. Gradativamente, a produção foi crescendo: 17.060 em 1938, 18.000 em 1939, até atingir 125.000 sacos em 1950. Em 1951 a empresa adotou a forma jurídica de sociedade por ações, passando a girar sob a denominação de *Usina Santa Elisa S.A.*, com o capital de Cr\$ 10.300,00⁴. Em 1957 foi realizada a primeira grande ampliação das máquinas e equipamentos da Usina. Então introduziram-se cinco moinhos acionados por dois motores a vapor. Em 1959 essa Usina incorporou a Usina Irmãos Everzut Ltda. Em 1951 havia produzido 133.160 sacos de açúcar, ao passo que em 1960 produziu 483.500. Em 1968 incorporou a Usina Anhumas. E produziu 729.188 sacos de açúcar em 1970. Em 1969 teve início um programa de ampliação e renovação total das instalações, máquinas e equipamentos. "Em 1973, a Usina Santa Elisa S.A. situada no Município de Sertãozinho, no Estado de São Paulo, inaugurou as suas novas instalações industriais. Com a montagem dos novos equipamentos, a Usina Santa Elisa transformou-se numa das fábricas de açúcar mais modernas do país e a sua capacidade nominal de produção chegou a 1,5 milhões de sacos de 60 Kgs. de açúcar (90 mil toneladas) por safra. O projeto e os equipamentos foram proporcionados, por completo, por Zanini S.A. Equipamentos Pesados (empresa pertencente ao mesmo grupo Biagi, proprietário da Usina) que iniciou os trabalhos de reforma e ampliação do setor industrial em 1969"⁵. "Em meados de 1973, Zanini concluiu a montagem do setor de fabricação (*boiling house*) tanto como a ampliação da estação de energia elétrica, completando assim as obras. O equipamento antigo foi desmontado e vendido"⁶. Outras usinas foram instaladas na década dos anos 40, como a São Geraldo (1946) e a Santo Antonio (1947). Mas também passaram depois por ampliações e renovações das suas máquinas, equipamentos e instalações. Como já indiquei, a progressiva ampliação e renovação das máquinas e equipamentos na agroindústria açucareira, foi e continua a ser impulsionada pelas condições de oferta de força de trabalho, por um lado, e pela própria acumulação do capital, por outro. Mas o fenômeno tende a ser verbalizado pelos usineiros, ou seus representantes, como decorrência da escassez de mão-de-obra por um lado, e a necessidade de aumentar a produtividade, por outro. De qualquer forma, na agroindústria canavieira continuam crescer os investimentos em máquinas, equipamentos, fertilizantes e defensivos. Ao mesmo tempo, continua a concentrar-se o capital agroindustrial investido no setor. Em certos aspectos, a ação governamental tem estimulado o processo de concentração do capital no setor. O artigo 56 da lei nº 4.870, de 19 de dezembro de 1965, estabelecia que o IAA deixava a critério dos interessados "a venda, permuta, cessão ou transferência de maquinário e de implementos destinados a atender o aumento da capacidade industrial das usinas". E o Decreto-Lei nº 1.186, de 27 de agosto de 1971 destinou-se especificamente a "conceder estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras". Isto é, o governo passou a conceder incentivos fiscais e financeiros às usinas e aos fornecedores, de modo a propiciar a intensificação da mecanização do processo produtivo e o aumento da produtividade. E o Ato nº 50/71, de 29 de dezembro de 1971, destinou-se a estabelecer as normas para a aplicação do disposto no referido Decreto-lei. Dessa forma, a ação governamental passou a orientar-se expressamente no sentido centralização ou concentração do capital agroindustrial. Nesse processo, a usina adquire ainda maior preeminência no mundo social, ou político-econômico, no qual se destacam os usineiros, os plantadores, os operários das usinas e os operários agrícolas, residentes e não residentes.

Uma parte da cana-de-açúcar processada pelas usinas tem sido produzida nas terras das próprias usinas, ou suas empresas associadas. E a outra parte tem sido produzida em sítios e fazendas. Os proprietários dos sítios e fazendas são os fornecedores de cana industrial. Às vezes dedicam-se com exclusividade à cultura da cana. Outras vezes combinam e revesam a cultura da cana com outras, tais como milho, algodão, arroz, amendoim e outras. Mas é grande o número de fornecedores de cana para as usinas de açúcar de Sertãozinho. Em 1975, estes são os fornecedores registrados na Associação de Fornecedores de Cana-de-Açúcar: Albertina, 33; São Francisco, 40; São Geraldo, 85; Santo Antonio, 112 e Santa Elisa, 147. Ao todo, em 1975, os fornecedores de cana do Município de Sertãozinho são 417.

Vejam agora, de modo breve, alguns característicos sociais e políticos da usina. Esses característicos parecem ser, ao mesmo tempo, condição e consequência da forma pela qual ocorre a reprodução do capital agroindustrial no setor açucareiro.

Conforme já vimos, a Usina Açucareira São Geraldo foi fundada em 1946. Sua produção aumentou de 4.020 sacos de 60 kgs em 1946, para 606.211 em 1970. Em 1974 produziu 836.910 sacos de açúcar. É claro que essa expansão implicou numa ampla e complexa mobilização de forças produtivas, nas quais sobressaem máquinas e equipamentos destinados a potenciar a produtividade da força de trabalho. Ao mesmo tempo, é claro, desenvolveu-se a divisão social do trabalho. Pouco a pouco a usina vai mobilizando uma massa ampla de operários industriais e agrícolas, além de empregados de escritórios, técnicos, engenheiros, químicos e outras categorias profissionais. Ao relatar o que era a Usina São Geraldo, em 1956, o cronista de Sertãozinho fazia uma síntese do que era o mundo social nesse núcleo da agroindústria açucareira. "A sede possui todas as benfeitorias e requisitos de uma usina moderna: açougue, armazém, cinema, ambulatório médico, gabinete dentário, barbearia, pensão para alojamento de 80 pessoas e 6 escolas distribuídas e localizadas na área da fazenda onde a densidade de lavradores é mais intensa. As casas da sede e dos gerentes, com seus magníficos parques, merecem um capítulo à parte. Por suas instalações e pelo conforto que oferecem colocam-se na primeira plana das construções similares de todo o país. São bem dignas dos usineiros que conseguiram uma organização de escol como é a da Usina Açucareira São Geraldo"⁷. Uma notícia publicada em 1972, sobre a Usina São Geraldo diz o seguinte. "Para a manutenção dos serviços na Usina, são utilizados 1.220 empregados, sendo que 250 operam na parte industrial e 970 na parte agrícola, que por sua vez, utilizam-se de 62 tratores, 25 caminhões e diversos carros, possuem também um avião Cessna para uso exclusivo da diretoria"⁸. Ao mesmo tempo, a usina seguia um plano de assistência social englobando ambulatório médico e gabinete dentário. Quanto às atividades educacionais, esportivas e recreativas, possuía grupo escolar, duas classes do Mobral, o Esporte Clube São Geraldo, campo de futebol, quadra de futebol de salão e quadra de basquete⁹. Trata-se de um mundo social amplamente urbanizado.

Características sociais, ou econômicas e políticas, semelhantes aparecem na organização nucleada também pelas outras usinas. Em 1956, a Usina Santa Elisa já se achava amplamente urbanizada. Conforme escreveu o cronista de Sertãozinho, descrevendo essa usina: "A área total da fazenda Santa Elisa é de 1.700 alqueires de terra roxa mista, dos quais 900 alqueires são destinados ao cultivo da cana-de-açúcar da própria fazenda. A lavoura é mecanizada e obedece aos requisitos da moderna e racional agricultura. Sessenta lavradores vizinhos com uma área de 335 alqueires fornecem anualmente para mais de 30 mil toneladas de cana". E acrescenta: "Dedicam suas atividades à Usina cerca de 1.200 pessoas, que recebem assistência médico-hospitalar, de enfermagem, intelectual, espiritual e até recreativa. Assim é que a Usina possui ambulatório médico, dentário, posto de puericultura, um grupo escolar com 180 alunos e uma escola isolada mista e uma igreja espaçosa. Na parte recreativa destacam-se um clube para reuniões dançantes e literárias, moderno cinema e um magnífico campo de futebol para a prática desse popular esporte"¹⁰. Esse mundo social bastante urbanizado continua a desenvolver-se nos anos seguintes: sempre polarizado em torno da usina e da figura do usineiro. Como as outras, a Usina Santa Elisa transformou-se num universo sócio-cultural e político-econômico urbanizado. "É composta de um núcleo principal, onde se localiza a indústria, com 3 núcleos habitacionais, totalizando 145 residências; além do núcleo principal há 3 seções: engenho central, fazenda Vassoural e Lagoa da Serra, tendo cada uma respectivamente 29, 24 e 53 casas residenciais. Conta atualmente com 1.900 empregados, sendo 1.350 da lavoura, onde 750 são fixos e 600 são contratos de safra; e 550 da Indústria. Grande parte dos empregados reside na sede e nas seções. Os demais distribuem-se pelas cidades de Sertãozinho onde se localiza o maior contingente, e outras cidades: Pitangueiras, Pontal, Jaboticabal, Jardinópolis, Ribeirão Preto etc.. A Usina presta aos seus empregados assistência médico-odontológica, farmacêutica, escolar, religiosa, etc.. Os empregados mais beneficiados são os que residem na sede e seções. Os demais, de uma maneira geral, buscam em suas próprias cidades os postos do Funrural, INPS, ou outros existentes para o atendimento da população local"¹¹.

Não há dúvida de que a extensão da legislação trabalhista ao campo destinou-se, em parte, a proteger os operários rurais, nas suas relações com os compradores de força de trabalho. Mas é inegável que a legislação relativa à "assistência social aos trabalhadores das usinas, destilarias e fornecedores de cana" permite que o usineiro e o fazendeiro aumentem o seu controle político sobre os operários industriais e rurais. É verdade que o governo vem ampliando e sistematizando a

legislação destinada a proteger o trabalhador rural e garantir-lhe assistência social. No caso do proletariado industrial e rural que trabalha no setor da cana-de-açúcar, essa política está presentemente regulada pelos artigos 35, 36 e 37 da Lei nº 4.870 de 1 de dezembro de 1965, e pelo Ato nº 3, de 25 de janeiro de 1968. O artigo 36, da referida lei, estabelece o seguinte: "Ficam os produtores de cana, açúcar e álcool obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente no mínimo, às seguintes percentagens: a) de 1% (um por cento) sobre o preço oficial do saco de açúcar de 60 (sessenta) quilos, de qualquer tipo. . . ; b) de 1% (um por cento) sobre o valor oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas, destilarias anexas ou autônomas, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria; c) 2% (dois por cento) sobre o valor oficial do litro de álcool de qualquer tipo produzido por destilarias. Os recursos previstos neste artigo serão aplicados diretamente pelas usinas, destilarias e fornecedores de cana, individualmente ou através das respectivas associações de classe, mediante plano de sua iniciativa, submetido à aprovação e fiscalização do IAA". O Ato nº 3 reafirma a obrigatoriedade das associações ou cooperativas de fornecedores de responsabilizarem-se pela aplicação do disposto na alínea "b" do artigo 36 da Lei nº 4.870 "obrigatoriamente em benefício dos trabalhadores agrícolas dos fornecedores de cana e dos pequenos fornecedores e de seus familiares". O mesmo ato de 1968 especifica que as usinas e destilarias estão obrigadas a aplicar os recursos estipulados nas alíneas "a" e "c" do artigo 36 da referida lei, nas seguintes áreas: assistência médica (hospital, maternidade, ambulatório, enfermaria) medicina preventiva e higiene; assistência farmacêutica; assistência odontológica, auxílios funeral e pré-natal; assistência educativa; e assistência recreativa.

Sob vários aspectos, pois, a usina parece polarizar as relações econômicas e políticas que estão na base do funcionamento da agroindústria açucareira. Sob vários aspectos, a usina pode ser vista como um mundo social (econômico, político e cultural) complexo e relativamente isolado e autônomo. Vejamos, numa síntese, alguns dos característicos da sociedade que está polarizada pela usina; isto é, polarizada pela reprodução do capital agroindustrial comandado pelo usineiro.

Na usina, entendida como um complexo produtivo que engloba fábrica e plantações, as pessoas se dividem em operários industriais, operários agrícolas, capatazes, feitores, fiscais, técnicos, engenheiros, químicos, empregados de escritório e outros, além da diretoria, que engloba os proprietários. Há também médicos, enfermeiros, dentistas, professores, assistentes sociais, guardas, vigilantes, porteiros, mensageiros e outros tipos de trabalhadores. No conjunto, a população que trabalha na usina e nas plantações está organizada segundo as exigências da reprodução do capital agorindustrial, da divisão do trabalho, das hierarquias das posições e mandos, das formas e níveis de participação no produto do trabalho coletivo dos operários agrícolas e industriais; tudo sob o comando do usineiro e seus prepostos. Essa humanidade, que vive e se reproduz na usina e canaviais, colônias e escritórios, em geral se compõe de famílias completas, às vezes de três gerações. Distribuem-se em operários agrícolas, operários industriais, empregados, etc.. Na época da safra (junho-dezembro) agregam-se à população preexistente na usina e nos canaviais os trabalhadores contratados, temporários, provenientes das periferias da cidade de Sertãozinho, de outras cidades ou outros Estados, tais como: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco ou outros. Esses são os trabalhadores temporários da época da safra, conhecidos como *paus-de-arara*, *bóias-frias*, *volantes*, *baianos* ou outras denominações. São operários agrícolas e industriais que fazem aumentar de cerca de 50 por cento, no caso da usina, a 100 por cento, no caso dos canaviais, a população assalariada. Mas todos se ajustam às relações hierárquicas e estruturas vigentes na agroindústria polarizada em torno da usina. As relações e estruturas de apropriação e dominação vigentes na usina e canaviais adquirem o seu máximo dinamismo na época da safra. A rigor, a população que movimenta a usina e os canaviais está organizada em classes e setores de classes: operários rurais, operários industriais, capatazes, fiscais, empregados administrativos, técnicos, proprietários.

É claro que esse mundo social (econômico, político e cultural) está influenciado, marcado, identificado e movimentado pelos valores, padrões, normas, relações vigentes e predominantes na sociedade brasileira. Aí estão as igrejas e seitas, os governos e governantes, as escolas e jornais, as revistas e livros, as rádios e tevês, as freiras e padres, os assistentes sociais e propagandistas, as lojas e os comerciantes, os jogos e campeonatos, inclusive eleições, eleitores e eleitos. Também

estão presentes no mundo social da usina e canaviais as várias organizações que definem, delimitam e fazem funcionar as relações entre as pessoas, famílias, grupos e classes sociais: o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR), a Associação dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo, o Sindicato dos Cortadores de Cana de Sertãozinho, a casa da Lavoura, a Prefeitura Municipal, a Delegacia de Polícia, o Juiz de Direito, o Promotor Público. Isto é, o poder econômico e político está organizado nas usinas, no campo, na cidade, no conjunto do Município de Sertãozinho, em conformidade com as exigências do poder político-econômico expresso no Estado e em conformidade com as exigências da reprodução do capital agroindustrial investido nos negócios da cana-de-açúcar.

Nesse mundo social (econômico, político e cultural) bastante complexo, assinalado pelos perfis e dinâmismos peculiares da entressafra (janeiro-maio) e safra (junho-dezembro) destacam-se vários característicos básicos; característicos esses que precisam ser compreendidos de forma integrada. Em primeiro lugar, trata-se de um ambiente social amplamente urbanizado. Todas as relações e estruturas, todos os valores e padrões estão, em algum grau, impregnados das relações e estruturas dos valores e padrões vigentes e predominantes no mundo urbano. Não há, praticamente, descontinuidade entre a cidade e o campo, a indústria e a agricultura, a fábrica e o canavial. Em segundo lugar, a força de trabalho é, ao mesmo tempo, agrícola e industrial. É verdade que o cortador de cana se distingue do operário da usina. Trabalham em condições sociais e técnicas distintas. Reproduzem-se de forma diversa, se pensamos na organização social e técnica das relações de produção. Mas estão relacionados, ligados por duas formas. Estão ligados na continuidade de um mesmo processo produtivo que ata o corte da cana, a moagem e o açúcar. Um segue e realiza o outro, enquanto processo social de produção, enquanto realização de valor, enquanto utilização de força de trabalho. Ao mesmo tempo, estão ligados pela continuidade do mercado de força de trabalho. O cortador de cana em geral quer ser um operário na usina. O corte da cana é trabalho áspero e longo. Na safra, a jornada de trabalho freqüentemente tem 10 a 12 horas de duração. E o ganho é por tarefa realizada, cujo preço é estipulado pelo IAA, em conformidade com os interesses do usineiro. Além do mais, o trabalho no corte da cana é temporário. Dura meses. Depois termina. É instável. Na lavoura, as garantias sociais são mais precárias. Quando há cana para cortar, acima do cortador estão o capataz, o fiscal, o caminhoneiro e o fazendeiro ou o usineiro. Para o operário rural é muito visível e pesada a carga do trabalho, dos encargos, dos que precisam ser carregados. Na usina, a jornada de trabalho está regulada de forma diversa. As bases da jornada são as 8 horas e o salário mínimo; o que se trabalha a mais são horas extras, pagas com acréscimos. E aí as garantias sociais são menos precárias. As próprias condições de aposentadoria são melhores. Por essas e outras razões, a massa de operários rurais está sempre pressionando no sentido de entrar na esfera de produção industrial. Naturalmente é apenas uma pequena parcela que logra a mudança. Nem por isso, no entanto, uns e outros, operários industriais e rurais, deixam de estar num mercado de força de trabalho relativamente contínuo. Em terceiro lugar, o mundo social no qual estão integrados a usina, os canaviais, e os vários tipos de trabalhadores, é um mundo social (econômico político e cultural) no qual domina, predomina o usineiro. Ele é a figura e a figuração do que se pode e deve fazer, do que é permitido e proibido, do que se premia e castiga. Ele é o proprietário, dono e prefeito de tudo. As pessoas empregadas na usina e nos canaviais, nos escritórios e nos serviços sociais, vêem nele o núcleo do poder, das decisões, das possibilidades, das proibições. Nas plantações e na usina, nas colônias e escritórios, nos caminhos e porteiros, o usineiro aparece como a autoridade máxima, predominante, ou quase única. Tanto assim que a Prefeitura, a Delegacia, o Sindicato, a Igreja e outras instituições não operam na área da usina e seus canaviais a não ser por meio de alguma forma de intermediação do usineiro ou seus prepostos. Algumas relações "externas" fundamentais das pessoas, famílias e grupos que trabalham e residem nas herdades do usineiro estão sob o controle da direção da empresa. No mundo social da usina e canaviais, tudo tende a tornar-se privado, organizado segundo as exigências da reprodução do capital agroindustrial especializado na produção de açúcares e álcoois.

Notas

- (1) Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968 p. 333.
- (2) *Brasil/Açúcar*, Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 1972, pp. 107-108.
- (3) Hélio Pina, *A Agro-Indústria Açucareira e sua legislação*, Apec, Rio de Janeiro, 1971, p. 159.
- (4) *Histórico*, Usina Santa Elisa S.A. Consultar também: Antonio Furlan Junior, *op. cit.*, esp. pp. 113-114; "Usina Santa Elisa", *Sugar Y Azucar*, vol. 69, nº 12, New York, december 1974, pp. 37-43.
- (5) "Usina Santa Elisa", *Sugar Y Azucar*, citado; *Histórico*, Usina Santa Elisa S/A, citado.
- (6) "Usina Santa Elisa", *Sugar Y Azucar*, citado.
- (7) Antonio Furlan Junior *op. cit.*, p. 115
- (8) *Sertãozinho: A Capital do Açúcar*, publicação de 1972, época da administração do Prefeito Municipal sr. Arnaldo Bonini, p. 9.
- (9) *Sertãozinho: A Capital do Açúcar*, citado, p. 9.
- (10) Antonio Furlan Jr., *op. cit.*, p. 113.
- (11) "Plano mínimo de aplicação conjunta em Assistência Social - artigo 36 da Lei 4.870/65", Sertãozinho, 20 de janeiro de 1975.

VIII – O Operário da Usina e do Canavial

No Município de Sertãozinho, a população rural decresceu bastante, em termos relativos e absolutos, à medida que se expandiu a agroindústria açucareira. Em 1940, vivia no meio rural 73,7 por cento da população do Município. Em 1970 essa população havia se reduzido a 26,4 por cento. Entre 1960 e 1970 a população rural caiu de 48,0 para 26,4 por cento. Os dados apresentados anteriormente, na Tabela IX (Cap. V), dão uma idéia desse processo de urbanização, ao longo das décadas, durante as quais a agroindústria açucareira passa a predominar amplamente no mundo social rural. Note-se que em 1938 Sertãozinho perdeu o Distrito de Pradópolis para o Município de Guariba e que em 1953 o Distrito de Barrinha, até então pertencente ao Município de Sertãozinho, foi elevado à categoria de Município. Mas esses fatos não alteram o significado do processo indicativo pelos dados da Tabela IX, apresentada no Capítulo V.

Seria enganoso pensar que a acentuada transferência de população do campo para a cidade significou um despovoamento do campo. Nada disso. O que houve foi a expansão da agroindústria açucareira, que modificou o mundo social do campo. Mais que isso, a expansão da agroindústria provocou a urbanização do mundo rural. A população que reside ou trabalha nas usinas e canaviais passou a consumir a produção material e espiritual do mundo urbano, desde o programa de televisão à pílula anticoncepcional, desde o sindicalismo assistencialista aos jogos e divertimentos programados pelo usineiro ou seus prepostos, desde as deliberações do IAA às classes do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). À medida que se reduz a população que habita o campo, urbaniza-se o campo e redefinem-se as relações de produção na agroindústria canavieira. Tanto assim que modifica-se a composição social da massa de trabalhadores envolvidos nessa agroindústria. Pouco a pouco o colono deixa de ser a principal categoria de trabalhador. Isto é, ele é transformado em trabalhador permanente ou temporário, em mensalista ou diarista. Muitos colonos são expulsos das colônias, dos núcleos habitacionais dispersos ao largo da casa grande, da usina ou dos canaviais. As terras das colônias, suas hortas e quintais são tomados pelos canaviais ou construções das usinas. E os colonos transformam-se em assalariados residentes, alguns, e não residentes, outros, cada vez mais numerosos. Os dados da Tabela XIII assinalam dois aspectos importantes dessa etapa da história do proletariado rural de Sertãozinho. Entre 1940 e 1972, os assalariados permanentes reduzem-se de 3.856 para 2.105. Na mesma época, os assalariados temporários passam de 123 para 4.177.

TABELA XIII – Operários Rurais. Sertãozinho 1940-1972

ANO	ASSALARIADOS PERMANENTES	ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS	TOTAL
1940	3.856	123	3.979
1950	2.077	859	2.936
1960	2.433	3.835	6.268
1972	2.105	4.177	6.282

FONTES: IBGE. Censos Agrícolas. INCRA, Recadastramento, 1972.

Esses movimentos da força de trabalho expressam os movimentos do capital agroindustrial, cujo ciclo está influenciado pelo ciclo sazonal que governa o corte da cana e a fabricação de açúcar. Conforme um relatório da Usina Santa Elisa, de Sertãozinho: "Conta atualmente com 1.900 empregados, sendo 1.350 da Lavoura, onde 750 são fixos e 600 são contratos de safra; e 550 da Indústria. Grande parte dos empregados reside na sede, e nas seções. Os demais distribuem-se pelas cidades de Sertãozinho, onde se localiza o maior contingente, e outras cidades: Pitangueiras, Pontal, Jaboticabal, Jardinópolis, Ribeirão Preto etc."¹.

Ao longo do processo de expansão da agroindústria açucareira, tende a reduzir-se o emprego de trabalhadores permanentes, ao mesmo tempo que aumenta o contingente dos temporários. Esse processo foi registrado por José Cesar A. Guaccarini, em estudo sobre a agroindústria açucareira do Estado de São Paulo². Nesse estudo, que inclui usinas de Sertãozinho, ele constatou que tem aumentado o contingente de trabalhadores que as usinas e os canaviais mobilizam na época da safra. Entre 1958 e 1968, os trabalhadores ocupados na entressafra passaram de 10.505 a 17.618. Ao passo que no mesmo período os trabalhadores empregados na safra aumentaram de 15.735 para 31.225. É o que registra a Tabela XIV.

Esse processo de expulsão de trabalhadores das usinas e canaviais para as periferias das cidades e simultânea transformação da estrutura do proletariado da agroindústria açucareira, foi e continua a ser o produto combinado de vários movimentos do capital agroindustrial. Vejamos dois desses movimentos, que aliás ocorrem simultaneamente, um influenciando o outro.

Em primeiro lugar, tem havido uma crescente mecanização dos processos de trabalho, nas usinas e nos canaviais. O preparo das terras para plantio, a adubação, o plantio, o trato dos

TABELA XIV – Trabalhadores agrícolas ocupados nas terras das usinas pesquisas: 1958-1968

Ano e Período	Nº de Trabalhadores	Relações a : b
<i>1968</i>		
a) ante-safra	10.505	1 : 1,497
b) safra	15.735	
(Nº de usinas)	(32)	
<i>1968</i>		
a) ante-safra	17.618	1 : 1,773
b) safra	31.618	
(Nº de usinas)	(42)	

FONTE: José C. A. Guaccarini, *op. cit.*, p. 194.

canaviais, a aplicação de defensivos, são as várias atividades que têm incorporado processos mecânicos. Tudo isso reduz e redefine os usos da força de trabalho nos canaviais. Tudo isso em nome do aumento da produção e da produtividade, para atender as crescentes demandas dos mercados interno e externo. Ao mesmo tempo, cresce o coeficiente de capital investido em máquinas, equipamentos e instalações para fabricar açúcar e álcool. Tem havido várias ampliações e renovações das máquinas, equipamentos e instalações das usinas, com apoios e incentivos governamentais por via do IAA. Muda a composição técnica e orgânica do capital, crescendo bastante o capital constane, ou imobilizado em terras, máquinas, equipamentos, instalações etc.. E decresce o montante do capital invertido na compra de força de trabalho. Mesmo porque a força de trabalho produz cada vez mais, devido à potenciação da sua produtividade, pela incorporação da tecnologia e a redivisão social do trabalho.

Em segundo lugar, mais ou menos contemporaneamente à expansão da agroindústria açucareira, ocorreu uma progressiva formalização das relações de produção nas usinas e canaviais. Adotou-se uma legislação trabalhista (sindical e previdenciária) que organiza e disciplina as condições políticas e econômicas de oferta e demanda da força de trabalho nessa agroindústria. Foi em 1944 que a legislação relativa à agroindústria açucareira começou a abordar, de modo explícito, o operário rural e industrial do setor. Na legislação anterior, da qual se destaca o *Estatuto da Lavoura Canavieira* (Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941) falava-se em lavrador, parceiro ou arrendatário como fornecedores de cana-de-açúcar às usinas. Portanto, falava-se em sítiantes e fazendeiros, às vezes parceiros e arrendatários, que eram proprietários de plantações de cana. Aliás, o Estatuto da Lavoura Canavieira destinou-se principalmente a regulamentar as relações dos fornecedores de cana com as usinas, de modo a garantir a sobrevivência dessa categoria social em face da expansão do capital agroindustrial dos usineiros. E essa finalidade é especificada no artigo 2 do decreto-lei. E o seu artigo 3 estabelece que o Estatuto não se aplica a assalariados. Foi o Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944 que começou a definir juridicamente a condição do operário rural e industrial do setor canavieiro. Entre outros direitos garantidos aos "trabalhadores rurais" por esse decreto-lei, foi estabelecido no artigo 19 que "considera-se trabalhador rural aquele que presta os seus serviços na lavoura canavieira em caráter permanente, periódico ou transitório". Estabeleceu, também, que os trabalhadores rurais "terão a sua situação regulada em contratos-tipos aprovados pelo IAA". Ao mesmo tempo, no artigo 22 registrou que os contratos-tipos deveriam observar os seguintes princípios: proibição de quaisquer descontos em salários, por motivos de más colheitas; direito a moradia para a família do trabalhador; direito a assistência médica, dentária e hospitalar gratuita; também ensino gratuito aos filhos de trabalhadores; e garantia de indenização, no caso de despedida injusta. O artigo 23 estipulava que "o trabalhador rural com mais de um ano de serviço, terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de sua família". Como se vê, tratava-se de uma tentativa de garantir o regime do colonato, numa época em que ele já começava a desagregar-se de novo. Aliás, à medida que são organizadas juridicamente as relações de produção no setor, essa mesma legislação impulsiona a mudança das mesmas relações de produção. Note-se que esse mesmo decreto-lei estabeleceu que os operários das usinas têm direito a uma "carteira profissional". E mais: "Durante a prestação de serviços industriais na usina o trabalhador rural estará subordinado aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e das demais leis de proteção ao trabalhador, inclusive das que regulam o salário." Mas essa lei só "pegou" anos depois, devido às mudanças político-econômicas havidas na agroindústria açucareira e no conjunto da sociedade brasileira. Somente em 1959 reconheceu-se que o operário da usina estava amparado pela CLT. "Já a partir de 1959 o Tribunal Superior do Trabalho entendera que os empregados rurais dos estabelecimentos industriais estavam amparados integralmente pelas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo este entendimento também o do Supremo Tribunal Federal. Iniciou-se por essa época um movimento de arregimentação dos trabalhadores rurais das usinas e engenhos de açúcar paulistas, por iniciativa de lideranças dos sindicatos de trabalhadores industriais. O movimento centralizou-se desde o início em torno de assistência judicial para efeito de reclamações de salários não pagos, diferenças de salário, regularização das cadernetas de trabalho, indenização por estabilidade em caso de rescisão de contrato de trabalho, indenização por benfeitorias realizadas nas terras alheias, falta de prestação

de contas decorrente do sistema de fornecimento por meio de "vales" nos armazéns de gêneros de propriedade das usinas, descontos ilegais etc."³. Essa movimentação política acelera o processo de dissolução do colonato e a transformação dos operários rurais e industriais em operários não residentes. Ao mesmo tempo, desenvolve-se o processo de expansão do contingente de trabalhadores temporários. Ao garantir direitos e deveres dos operários rurais e industriais, nos canaviais e nas usinas, os sítiantes, fazendeiros, usineiros e dono de engenho de aguardente reagem pela incorporação de máquinas e equipamentos. Reorganizam as forças produtivas e as relações de produção de modo a potenciar a produtividade da força de trabalho; isto é, aumentar o capital investido em máquinas, equipamentos, instalações e organizações. Este processo ocorre de par-em-par com a generalização e sistematização da legislação trabalhista (previdenciária e sindical), além de algumas leis sobre a posse e o uso da terra. Vejamos uma lista de algumas das leis editadas pelos governantes nos anos 1960-75: a Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962 criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) relativa a questões de posse e uso da terra. Competia à SUPRA "planejar, promover, executar e fazer executar" a reforma agrária, assistência técnica, financeira, educacional e sanitária. A lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, dispoñdo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, definiu o que se devia entender por trabalhador rural e estabeleceu os seus direitos quanto à remuneração, salário mínimo, repouso remunerado, férias, segurança do trabalho, trabalho da mulher, trabalho do menor, aviso prévio, estabilidade no emprego, sindicalização etc.. "Trabalhador rural para os efeitos desta lei é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro". A partir dessa lei, acelerou-se o processo de mudança nas relações de produção no mundo rural e na agroindústria açucareira. À medida que se estendeu, a legislação trabalhista provocou uma reação político-econômica do capital agroindustrial. Como escreveu Caio Prado Junior, em 1963, ao comentar a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, os fazendeiros e proprietários rurais em geral, "pressionados pelos seus trabalhadores e leis que valorizam a mão-de-obra, deverão necessariamente recorrer a um aumento de produtividade, o que importará numa substituição dos eficientes e onerosos processos de produção que hoje empregam, por outros de padrões mais elevados"⁴. À mesma época, comentando a mesma lei, outro estudioso de problemas rurais escreveu: "É de se esperar que o empresário agrícola vá tentar diminuir seus encargos com mão-de-obra, quer através de uma mudança no tipo de exploração, quer através de uma recombinação de fatores de produção"⁵. De fato, desde então acelerou-se o desenvolvimento das forças produtivas no mundo rural, ocorrendo a modificação da composição das forças produtivas e a mudança das relações de produção. Mesmo porque, nos anos seguintes, outras leis foram promulgadas e, pouco a pouco, postas em prática. A 30 de novembro de 1964 promulgou-se a Lei nº 4.504, dispoñdo sobre o Estatuto de Terra, isto é, a posse e o uso da terra, com vistas à reforma agrária em algumas áreas. A Lei nº 4.870, de 1 de dezembro de 1965, também abordou a assistência dos trabalhadores do setor canavieiro em seus artigos 35, 36 e 37. O Ato nº 3, de 25 de janeiro de 1968, estabeleceu normas para a prestação de assistência social aos trabalhadores das usinas, destilarias e fornecedores de cana. A Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) que por sua vez criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). O FUNRURAL passou a prestar os seguintes benefícios ao trabalhador rural: aposentadoria por velhice e invalidez, pensão, auxílio funeral, serviço de saúde e serviço social. Ao mesmo tempo continuou válido e obrigatório o artigo 36 da Lei nº 4.870, conferindo às usinas e fornecedores a faculdade de pôr em prática a assistência social exigida pelo governo, através do IAA: "Ficam os produtores de cana, açúcar e álcool obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social" certos percentuais sobre os preços oficiais de cana, açúcar e álcool. Ao longo desse processo político-econômico, que aparece sob a forma jurídica, modificaram-se as relações de produção e a estrutura da parte da classe operária ligada às fainas dos canaviais e usinas. Em resumo: "Dois fatores contribuíram para que o regime do colonato caísse em desuso em São Paulo. O primeiro deles diz respeito a um relativo controle que as usinas médias e grandes passaram a ter depois de 1960 sobre o mercado de açúcar, ao se organizarem em uma cooperativa central de vendas. O segundo refere-se, de um lado, à aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e a correlata agitação

rural pela sua aplicação entre os anos de 1962 e 1963, e, de outro, à regulamentação entre os anos de 1965 e 1967 dos dispositivos do Estatuto da Terra dizendo respeito aos direitos dos parceiros agrícolas e relações de trabalho assemelhados, somando-se a estas disposições legais e regulamentação, feita em 1965, de um dispositivo criado por Vargas, nos tempos da ditadura, garantindo aos trabalhadores residentes áreas mínimas de terra para se proverem sua subsistência, de preferência sob a forma cooperativa. Ora, o custo das terras nas regiões canavieiras atingiu, inclusive em termos comparativos, com regiões não-canavieiras, índices onerosos, e a possibilidade de expansão da área canvieira no Estado de São Paulo já está próxima da exaustão¹⁶. Em seguida, além do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, do Estatuto da Terra, de 1964, da Lei 4.870, de 1965 e do FUNRURAL, de 1971, outras leis e decisões governamentais, diretas ou por via do IAA, continuaram a especificar ou reformular dispositivos anteriores. Em 1974, o Decreto nº 73.617 de 12 de fevereiro, aprovou o regulamento do programa de assistência ao trabalhador rural. Ademais, a Lei nº 6.195, de 19 de dezembro de 1974, atribui ao FUNRURAL a responsabilidade pela assistência social aos acidentados em atividades rurais. Progressivamente, pois, estendeu-se no mundo rural, nas plantações e fábricas, uma legislação trabalhista principalmente assistencial. Dessa forma, as relações de produção passaram a organizar-se em termos mais formais, isto é, segundo os requisitos jurídicos, ou político-econômicos ditados pelo poder estatal, diretamente ou por intermédio do IAA. Esse foi o contexto histórico em que se dissolveu o colonato na agroindústria açucareira. Esse foi o mesmo contexto no qual o proletariado rural (colonos, camaradas, empregados, agricultores, trabalhadores, agregados e outros) desenvolveu-se ainda mais. Aí surgiram os trabalhadores permanentes e os temporários, residentes e não residentes, em várias formas de organização do processo de reprodução do capital agroindustrial.

Note-se que o sindicalismo não teve maiores desenvolvimentos na área da agroindústria açucareira. É verdade que ele recebeu um forte impulso em 1963, com a adoção do Estatuto do Trabalhador Rural. Todo o título VI dessa lei é dedicado à organização sindical. De fato, nesse ano e nos primeiros meses de 1964 houve intensa movimentação no meio rural brasileiro, no sentido da organização e atividade sindicais. De certa forma, haviam-se combinado os fins político-econômicos da SUPRA, criada em 1962, e do Estatuto, de 1963. A 31 de dezembro de 1963, o Decreto nº 53.517, do presidente João Goulart, reconhecia a *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*. Mas a partir do novo governo, instalado com o golpe de abril de 1964, o sistema sindical ficou sob intervenção. Além disso, o governo começou a transformar o sindicato rural e urbano na direção do assistencialismo "despolitizante" e ainda mais propício aos interesses empresariais. Além disso, o ministerialismo e o peleguismo inspirados na ditadura passaram a imobilizar ainda mais as organizações e as atividades dos sindicatos, no campo e na cidade, nos canaviais e nas usinas. A Portaria nº 71, de 2 de fevereiro de 1965, aumenta o controle governamental sobre os sindicatos rurais. Inclusive estabelece que os diretores do sindicato devem dar "prova de boa conduta firmada pela autoridade pública"; isto é, atestado ideológico. E o Decreto nº 67.227, de 21 de setembro de 1970, trata de acentuar o caráter assistencialista que o governo já vinha dando ao sindicato. Essa lei procura valorizar "a participação das entidades sindicais no esforço para a promoção social do trabalhador". Por meio destas leis, o sindicato é reduzido a uma organização preocupada e voltada para atividades assistenciais e recreativa, sem qualquer capacidade de discussão de questões políticas ou econômicas do interesse do proletariado.

Notas

- (1) "Plano mínimo de aplicação conjunta em Assistência Social - artigo 36 da Lei 4.870/65", Sertãozinho, 20 de janeiro de 1975.
- (2) José Cesar Aprilante Guaccarini, *Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira do Estado de São Paulo*, mimeo, São Paulo, 1972, p. 194.
- (3) José Cesar A. Guaccarini, *op. cit.*, p. 9.
- (4) Caio Prado Junior, "O Estatuto do Trabalhador Rural", *Revista Brasiliense*, nº 47, São Paulo, 1963, pp. 1-13; citação da p. 10.
- (5) Antonio Dinaer Piteri, "O Estatuto do Trabalhador Rural". *Agricultura em São Paulo*, Ano XI, nºs 1 e 2, São Paulo, 1964, pp. 1-16; citação da p.6.
- (6) José Cesar A. Guaccarini, *op. cit.*, p. 9.

IX – O Bóia-fria

O bóia-fria é provavelmente o trabalhador mais característico das relações de produção imperantes na agroindústria açucareira. Ele tem sido chamado bóia-fria, pau-de-arara, volante, trabalhador temporário, diarista ou outras denominações. Ao lado do usineiro e do IAA, ele simboliza o caráter das relações de produção imperantes na agroindústria açucareira de Sertãozinho. Naturalmente há vários e muitos outros personagens nos canaviais e usinas. Estes são alguns deles: administrador, capataz, feitor, fiscal, engenheiro, químico, tratorista, motorista, empreiteiro de mão-de-obra, trabalhador permanente, trabalhador temporário, mecânico, foguista, eletricitista, colono, mensalista, diarista, servente etc.. Devido às condições sazonais em que se desenvolve o processo produtivo na agroindústria açucareira, a força-de-trabalho não é empregada de forma permanente nas usinas e canaviais. Nesse setor econômico, a demanda de força de trabalho é razoavelmente elástica. Na usina, as máquinas param na entressafra: são desmontadas, consertadas, preparadas para entrar em plena e intensa atividade na época da safra. Durante a entressafra, pois, reduz-se a quantidade de trabalhadores na usina. Ao passo que na safra todas as atividades são retomadas, desde a descarga da cana vinda dos canaviais ao ensacamento e transporte do açúcar, desde o foguista ao químico. No canavial, na entressafra, as atividades são muitas: preparo da terra para plantio, plantio, carpa, conservação dos caminhos, abertura ou limpeza de valas, córregos, riachos, rios, limpeza e conservação de pátios e quintais. Na safra, no entanto, todos são chamados para as fainas da queima das folhagens dos canaviais, o corte da cana, carregamento da cana cortada e seu transporte para as esteiras da usina. Nesta época, na safra, aumenta bastante a demanda de força de trabalho no canavial. Nas condições em que se desenvolvem, ao longo do ano agrícola, do ciclo produtivo na agroindústria açucareira, as relações de produção implicam na demanda razoavelmente elástica de força de trabalho, na usina e no canavial. E quanto mais se desenvolvem essas relações de produção, em termos de tecnologia, divisão social do trabalho, formalização das condições de oferta e demanda de trabalhadores, extensão da legislação trabalhista e previdenciária no campo etc., quanto mais se desenvolvem essas relações, mais se exige que a oferta e a demanda de força de trabalho seja elástica. É preciso que esta força produtiva, da mesma forma que as outras, se ajuste às exigências da reprodução do capital. Daí porque a expansão da agroindústria açucareira, ao longo das últimas décadas, tem sido também um processo de expulsão do trabalhador das

terras das usinas e canaviais para outros lugares, principalmente as periferias das cidades próximas. À medida que se desenvolve, a agroindústria açucareira produz e reproduz o bóia-fria, volante ou pau-de-arara. O bóia-fria é a forma mais desenvolvida em que se expressa o caráter das relações de produção na agroindústria açucareira. Devido ao caráter sazonal das atividades produtivas, à crescente formalização das condições de oferta e demanda da força de trabalho e à crescente burocratização das condições de produção do lucro do usineiro e do fornecedor de cana para a usina, o trabalhador da agroindústria açucareira transformou-se num operário sem nenhum dos meios de produção, salvo o podão. Reside fora das terras da usina e do canavial e é contratado apenas nas épocas, ocasiões, meses, semanas ou dias em que é necessário para a continuidade da reprodução do capital agroindustrial. "Quando os diaristas residem fora do estabelecimento, principalmente na zona urbana, e vêm à propriedade para prestar serviços em determinadas épocas do ano, são denominados "volantes". A remuneração dos volantes é exclusivamente em dinheiro e a mesma é estabelecida por dia ou por tarefa executada. No geral, as diárias dos volantes são superiores àquelas recebidas pelos camaradas permanentes da propriedade. Os volantes diaristas geralmente são contratados em grupos, através de entendimento direto entre a propriedade e o chefe ou encarregado da "turma", o qual em certas regiões é denominado de "gato"¹. Além da legislação trabalhista, que passou a ser um dado importante do mundo social na agroindústria açucareira, também a mecanização passou a ser um dado importante desse mesmo mundo social. É claro que as duas tendências combinaram-se e influenciaram-se reciprocamente: a crescente formalização das relações jurídicas, ou político-econômicas, entre compradores e vendedores de força de trabalho, por um lado, e a crescente mecanização dos processos produtivos, por outro. É o que se registra nos dois relatos apresentados a seguir. "Em algumas áreas, de agricultura mais organizada e permanente como são as lavouras de café e de cana-de-açúcar, a aplicação desses direitos (trabalhistas) tem sido feita às vezes com excessivo rigor, impondo aos empregadores multas que se podem chamar de injustas. Os proprietários agrícolas, por sua vez, procuram defender-se dos excessos de rigor da lei usando medidas cujos controles não foram previstos no quadro geral da legislação, como é o de simplesmente despedir os empregados seguindo as exigências da lei e contratá-los como diaristas (chamados de "volantes") e através de "empreiteiros" que tomam a si os encargos trabalhistas do empregador rural, mas que podem mais facilmente burlar as exigências legais"². "A lavoura da cana vem, há tempos, dispensando o trabalho do homem, antes exigido em todas as suas etapas. Hoje, o preparo do solo já é totalmente mecanizado; o plantio, parcialmente mecanizado, o mesmo acontecendo com a adubação; a carpa do terreno, que era manual, praticamente já não existe, com a aplicação mecanizada de herbicidas logo após o plantio"³. Ao lado da legislação trabalhista, a mecanização e a aplicação de fertilizantes e herbicidas alteram o volume e a qualidade da força de trabalho engajada nas fainas dos canaviais e usinas. Esse é o contexto social no qual aumenta o número dos trabalhadores temporários, volantes, pau-de-arara ou bóias-frias. "No período de maio a novembro, os fornecedores de cana contratam os trabalhadores volantes, os chamados bóias-frias, que se deslocam da cidade para a zona rural a fim de fazer a colheita. Nos outros meses, a própria lavoura da cana exige o trabalho manual, mas já em número menor, uma vez que a mecanização está atingindo todas as fases do trabalho, e os operários não ocupados nessa atividade deslocam-se para outros municípios para a colheita de cereais, que vai de janeiro a junho: café, algodão, arroz, feijão e milho"⁴.

Para compreender as condições sociais nas quais trabalham os bóias-frias, nada mais explícito do que os relatos que eles próprios fazem. Vejamos, pois, o que nos dizem as declarações de quatro bóias-frias que trabalhavam na agroindústria açucareira de Sertãozinho à época em que foram entrevistados. Dois homens foram entrevistados por Carlos Alberto de Medina, em 1962-63⁵. Ao passo que os outros dois, uma mulher e um homem, foram entrevistados em 1975, por Maria da Conceição Quinteiro.

a) "Tenho 52 anos e uma vida agitada. Há 8 anos trabalho como diarista. Com meus dois filhos preferiria ter terra para poder descansar. Eu trabalhei antes no Cambucy. Lá comprei 5 alqueires (12 hectares) de um loteamento para pagar à prestação. Mais tarde vendi-o e comprei um terreno aqui na cidade, onde há 8 anos construí uma casinha e outra há 5 anos. Caso meus filhos queiram mesmo sair daqui e ir para Brasília, eu vendo as duas e vou comprar terra longe, porque aqui não

dá jeito não. Hoje, ninguém mais pode comprar nada, nem fazer casa. O custo é exagerado. Os meus colegas estão ainda pior do que eu. Imagine que a diária legal é Cr\$ 520,00, mas ela oscila, um dia sendo 300 cruzeiros, no outro 400, outro 500. Depois, não se ganha aos domingos, nem dia de chuva, nem quando se fica doente. E tem vez que falta serviço. Trabalha-se 8 horas por dia: das 7 às 13 e das 14 às 17. No intervalo se come ou se descansa. A gente recebe de 15 em 15 dias, e para saber se há serviço é só perguntar no comércio. No ano passado meu maior salário mensal foi no corte de cana, Cr\$ 23.000,00. Na época das chuvas tive o menor, Cr\$ 4.000,00. O máximo que se pode tirar nas épocas das chuvas é Cr\$ 8.000,00. Ganhamos muitas vezes por unidades, assim Cr\$ 13,00 para limpar o pé de café, 130 a 150 cruzeiros por arroba de algodão colhido. Um homem pode catar 3 a 4 arrobas diárias. Por empreita ganha-se mais, mas não tem horário certo”⁶.

b) “Sou de Cajuru. Minha família ainda está lá. Saí, porque lá é pior. Aqui se ganha Cr\$ 500,00 por dia. Lá é Cr\$ 300,00. Estive lá agora e estavam ganhando Cr\$ 350,00. Trabalho há 5 anos e há um mês só por diárias. Meu sogro é meeiro em Cajuru e com 2 filhos toca a roça. Na fazenda pagam Cr\$ 400,00 mais casa, lenha e luz, mas eu prefiro aqui. Na próxima quinzena vamos começar a receber 630 cruzeiros por dia. Meu serviço é carpir, cortar e apanhar cana como empreitada e, por diária, plantar cana, carpir arroz e plantar feijão. No ano passado o mês em que ganhei mais, consegui Cr\$ 8.000,00 e o menor salário mensal foi Cr\$ 4.000,00. Minha mulher lava para fora e ganha Cr\$ 2.400,00 mensais. Tenho serviço o ano todo. O empreiteiro com quem trabalhado é meu amigo. Ele me adianta até Cr\$ 5.000,00, depois vai descontando como se pode. Estou com ele desde que cheguei. Aos domingo não ganho. Eu gostaria de ter terra a meia e melhor salário. O pior é que sem leitura não se arranja emprego fixo. Terra boa, animal bom e ferramentas, isto sim, quebrava o galho”⁷.

c) “Prefiro morá mais no campo, agora a gente veve na cidade e vai todo dia pro campo, aqui temo temo que pagá aluguel só para dormir. No campo a gente pode criá, plantá uma coisa. Não mudamo de novo pro sítio porque eles não qué compromisso, eles preferem levá a gente de pau-de-arara. Os patrão, os dono de terra, eles prefere ajustá a turma da cidade do que nós ficá nas colônias. A gente procura o dono do pau-de-arara, leva a carteira de trabalho com 3 fotografia e a gente leva tudo pro escritório da usina. Durante o tempo que a gente trabalha, a carteira fica lá presa, quando a gente sai, vai lá e pede prá dá baixa, tendo a carteira a gente tem o seguro que é o Funrural que paga. Tou cortando cana na usina São Francisco. O dono do caminhão paga a gente, a usina paga ele. Ele não sai do serviço, tem o feitor da fazenda, e ele tem também um. O feitor fica lá olhando, vê se a gente tá trabalhando direito, e explica o que tem fazê para os empregados novo. O dono do caminhão, ele também tem armazém, ele dá um vale, a gente vai, faz as compras e desconta no fim do mês”. “Quem paga o dono do caminhão é a usina, por empreitada”. “Os dias que eu tou faltando é porque não tou boa do estômago e das costas, tinha que ir na fazenda tirá uma ficha prá fazê consulta na cidade. Meu patrão falou (empreiteiro) “se a senhora não pega a ficha, a senhora não pode recebê estes dias, mas também, mesmo doente prá receber tenho que trabalhá no domingo e eu não tou boa, nem prá ir domingo. Quase todos dos que vão no caminhão morava tudo no campo. Eu corto 4 a 4 e meia toneladas por dia, tem deles que corta mais, até 11 toneladas. Eu, sabe como é, a gente vai ficando velha, não dá mais. Todo dia 10 eles paga se cai de sábado, se não eles espera o sábado prá pagá. Eles paga Cr\$ 6,00 a tonelada, é o preço antigo, do ano passado. Só quando o instituto manda o preço deste ano é que eles pagam no novo preço, aí eles fazem o ajuste do atrasado. No nosso caminhão tem 42,18 são tudo mulher, tem também muita criança. Das mulher, a maioria é tudo solteira. No caminhão é tudo daqui, os que vem de fora, baiano, pernambucano, mineiro, vai trabalhá só na usina, depois volta tudo. Nós do pau-de-arara não, acaba a safra e sempre tem serviço, aí vamo carpi cana. As vez a gente carpi de empreita, às vez a gente planta cana, café, aí eles paga por dia”⁸.

d) “Todo ano na safra venho prá cá. Sou de Paramirim, na Bahia, desde 1969 que eu venho. Fiquei sabendo porque meu tio vinha sempre e sabe como é, um vai falando pro outro, e um dia a gente vem também. Lá se falava que aqui era bom, a gente ganhava bem e que era chegar e

arrumava logo emprego. Lá em Paramirim nós toca lavoura: plantava arroz, feijão, milho, cana etc. Toda a família ficava no campo trabalhando. Todos 5 filhos mais meu pai. A gente vive do que planta e vende. Somo 2 homem e 3 mulher. Vai de 17 a 31 anos. Eu sempre vim sozinho, junto com os outro que vêm também, mas desta vez trouxe a família, viemo tudo e mais um primo. Sozinho a gente sofre muito, a gente tem que pagar tudo e não acha as coisa do jeito que a gente quer. Das vez que eu vim sozinho cheguei a morá 2 ano em alojamento da usina, era muito ruim, era mais de 20 homem num lugar pequeno, apertado, num dava nem prá gente se mexê, deixado tinha que ficá esticado e duro. Os outros ano morei em pensão, mas era aquela nota, era pagá tudo, comer mal, o dinheiro que a gente veio prá ajuntá, acabava gastando quase tudo. Aí resolvi vim com a família, disseram por lá que todos nós arrumava emprego e viemo tudo. Deixamo lá meu tio tomando conta. Todos nós tamo na usina Albertina. Eu trabalho na máquina de costura, meu irmão é turbineiro, meu pai e meu primo trabalham na caldeira. Chegamo em fim de maio, dia 23, chegamo e procuramo o empreiteiro, ele levou a gente na usina e ficou tudo acertado. Lá nós ganha por mês. Esta casa foi o empreiteiro que arrumou prá gente morá, tamo pagando aluguel, mas todos nós trabalha, então é até menos do que morá sozinho em pensão. Acabando a safra todos voltam é difícil de um ficá. Nós mesmo vamo ficá aqui, esta e a próxima, depois voltamo. A gente vem prá cá por causa mesmo de dinheiro, porque a gente se mata demais. A gente trabalhamo todos os dias 12 horas e de domingo trabalhamo 24 horas. A gente sente falta de divertimento, de baile. Meu pai e minha mãe são analfabetos, nós fomo tudo na escola, sabemo lê e escrevê. Somos católicos, mas eu vou de vez em quando na missa. Eu até que gosto daqui, mas o meu pessoal gosta mais de lá, eles nunca tinham saído de lá e não se acostumam por aqui. Aqui é só bom por causa do emprego. Eu pretendo casar até os 30 anos, com moça de lá, ainda não tenho namorada, mas vai ser de lá, é mais fácil, a gente entende um ao outro, sendo do mesmo lugar. É, o casamento é sorte, pode ser que a preferência seja de moça daqui, mas melhor mesmo é moça de lá. Eu quero tê 1 ou 2 filhos ou nada, porque a gente não pode criar bastante, família grande não dá prá criar eles de acordo"⁹.

Conforme sugerem os dados apresentados pelos bóias-frias, a sua atividade produtiva implica na atividade do empreiteiro de mão-de-obra, o dono do caminhão que arregimenta e conduz diariamente os trabalhadores à fainas dos canaviais. Vejamos como dois caminhoneiros descrevem as suas atividades. O relato do primeiro foi registrado por Carlos Alberto de Medina, em 1962-63. Ao passo que o outro foi registrado por Maria da Conceição Quinteiro, em 1975.

a) "Levo e trago no caminhão a turma que vai trabalhar. Durante a safra trabalha-se de junho a dezembro e de segunda a sábado. Meu lucro é a diferença paga por tonelada de cana cortada pela usina, isto é, Cr\$ 15,00. Não cobro o transporte de caminhão. Recebo o meu pagamento no sábado e pago aos trabalhadores no sábado à tarde ou no domingo pela manhã. Preciso ter um número certo de cortadores para manter uma média de corte durante toda a semana, desde que não chova muito, quando não se pode trabalhar. Vou às fazendas para saber o início da safra e me ofereço. Caso a época seja modificada sou avisado antes. No ano passado devido ao atraso da safra, sofri um pouco, pois já tinha contratado gente. Não tenho qualquer relação nem sofro qualquer jurisdição por parte do patrão da fazenda. Minha combinação é cortar tantas toneladas e procuro fazer assim, pois, caso contrário, a fazenda arranja outro empreiteiro"¹⁰.

b) "Tenho 32 anos, casado, 3 filhos, católico. Trabalho comigo 50 a 60 bóias. Eu nasci em Barrinha, casei lá, e continuei morando, mais dois anos, no sítio do meu pai, mas o que a gente plantava não dava pra tantos filhos e eles. Tenho 5 irmãos, todos moravam e trabalhavam lá. Aí vim para cá, meu pai comprou esta casa e vim morar nela. Trabalhei um ano na Zanini, era ajudante, mas não dava prá viver. Para subir de posto tinha que estudar, mas na época certa, quando era mais novo, não quis e depois de casado, com as responsabilidades dos filhos, aí não dava. Aí consegui um dinheiro, comprei o caminhão e comecei a trabalhar nisso. Trabalho para a Cooperativa de Guariba, estamos cortando cana na fazenda São Carlos. Todos os volantes são registrados na cooperativa e recebem por lá. Eu tomo conta do eito, anoto o que cada um cortou, socorro levando para a cidade quem se machuca. Entrego tudo em ordem na cooperativa para os

volantes receberem. Eu ganho por cada tonelada cortada. No ano passado pagaram para mim Cr\$ Cr\$ 1,30 a tonelada. A cooperativa é como se fosse a empreiteira para as usinas. Os volantes que eu levo são maioria homens, tem só 4 mulheres. Tem alguns menores. Todos são de Sertãozinho e moram por aqui: São João, Alvorada, Shangri-là. Os casados tem 2 ou 3 filhos, não tem mais nem dá para viver com só esses. A gente sai daqui às 5:30 para chegar às 7 horas. O meu pessoal nunca fica parado, os que quer trabalhar, sempre trabalham. Na entressafra, tem o que nós chama de quebra-galho — é o serviço que aparece, carpa, por exemplo. Minhas crianças estão no grupo, minha mulher não trabalha. Aqui não tem serviço para mulher casada. Só prá moça. Casada só se for ser doméstica ou cortar cana. Num tem comércio ou indústria que tenha trabalho prá casadas. Então elas ou vão cortar cana, que é um serviço danado, ou aguentá patroa chata. Como eu disse, pelo menos os meus volantes trabalham só com isso. Os outros não sei, desconheço, mas nas entressafras tem muito o que fazer também”¹¹.

Dentre outros aspectos e relações importantes, que aparecem nos relatos dos bóias-frias, sobressai a figura do empreiteiro de mão-de-obra. O gato, caminhoneiro, turmeiro ou empreiteiro de mão-de-obra (volante, pau-de-arara ou bóia-fria) para o corte da cana, na época da safra, é uma categoria social particularmente importante, por vários motivos. É o empreiteiro que arregimenta, leva-e-trás, todos os dias, os trabalhadores que residem nas periferias da cidade de Sertãozinho (bairros Alvorada, São João, Shangri-là e outros) e de outras cidades, como Pitangueiras, Pontal, Jaboticabal, Jardinópolis, Ribeirão Preto e outras. Diante dos trabalhadores e do dono do canavial (usineiro ou fazendeiro), ele é o responsável por esse movimento diário da mão-de-obra. Ocorre que o empreiteiro ganha em função dessa atividade. Recebe do proprietário do canavial em função da produtividade dos trabalhadores, os bóias-frias, que ele transporta. Por isso ele tem interesse em levar sempre a quantidade contratada de trabalhadores, evitando as faltas. O seu caminhão, o trabalho diário de levar e trazer e a capatazia que desempenha durante o corte da cana, tudo isso é o que lhe dá o direito à paga que lhe faz o dono do canavial. Isso significa que o empreiteiro é uma espécie de empresário de mão-de-obra, de força-de-trabalho, sobre cuja produtividade ele recebe o seu ganho. Nessas condições, o empreiteiro exerce um controle bastante grande sobre os trabalhadores que fazem parte da “sua turma” que viajam no “seu caminhão”, sobre os quais ele responde junto ao dono do canavial. Ele é, ao mesmo tempo, o responsável pela *arregimentação, transporte, disciplina e produtividade* de cada um e todos os trabalhadores da sua turma. Além disso, o empreiteiro é a pessoa por meio da qual o proprietário do canavial exerce o seu mando social (político-econômico) sobre os trabalhadores. É óbvio que ao empenhar-se na disciplina, regularidade e produtividade do trabalho dos bóias-frias que compõem a sua turma, o empreiteiro está, ao mesmo tempo, garantindo o seu ganho e garantindo a disciplina, a regularidade e a produtividade da força-de-trabalho comprada pelo proprietário do canavial, fazendeiro ou usineiro. Essa situação coloca o bóia-fria (homem ou mulher, adulto, velho ou menor) à mercê de duas pessoas: o empreiteiro e o dono do canavial, ou os seus prepostos: administrador, fiscal, feitor ou outros. São ao menos essas duas pessoas as interessadas no *trabalho excedente* do bóia-fria. É nessa situação que o bóia-fria, o cortador de cana, é levado a exaurir diariamente as suas forças (e, muitas vezes, as de membros da sua família: mulheres, velhos, menores, doentes etc.) a fim de garantir um quantum de *trabalho necessário* à reprodução da sua família. Nessas condições, ele é levado a ampliar o quantum de trabalho excedente exigido pelas condições de produção nas quais o dono da plantação (usineiro ou fazendeiro) submete tanto o bóia-fria como o empreiteiro de mão-de-obra.

Notas

- (1) Oscar J. Thomazini Etori, “Mão de Obra na Agricultura de São Paulo”, Agricultura em São Paulo, Ano VIII, nº 12, São Paulo, 1961, pp. 13-39 citação da p. 18.
- (2) Ruy Miller Paiva, Salomão Schattan e Claus F. Trench de Freitas, *Setor Agrícola do Brasil*, citado, p. 218.
- (3) “Safra mecanizada de cana ameaça 50 mil empregos”. Matéria jornalística relativa à região de Ribeirão Preto, na qual está Sertãozinho. *O Estado de São Paulo*, 14-11-1973.
- (4) “Safra mecanizada da cana ameaça 50 mil empregos”, citado.
- (5) Carlos Alberto de Medina. *Sertãozinho e Jardinópolis - São Paulo*, mimeo, Piracicaba, 1963, pp. 80-81.

- (6) Carlos Alberto de Medina, *op. cit.*, p. 80. Note-se que o governo brasileiro criou o cruzeiro novo em 1967, quando Cr\$1.000,00 passou a Cr\$1,00.
- (7) Carlos Alberto de Medina, *op. cit.*, pp. 80-81.
- (8) Maria da Conceição Quinteiro, *Entrevistas*, pp. 36-37.
- (9) Maria da Conceição Quinteiro, *Entrevistas*, pp. 43-44.
- (10) Carlos Alberto de Medina, *op. cit.*, pp. 81-82.
- (11) Maria da Conceição Quinteiro, *Entrevistas*, pp. 1-2.

X – A Estrutura do Proletariado

Ao lado do bóia-fria, que é arregimentado e administrado pelo empreiteiro, trabalha também o feitor, o fiscal, o tratorista, o motorista de caminhão de transporte de cana. Na usina também são várias as categorias profissionais, desde o foguista ao químico, desde o ensacador ao gerente. No conjunto, as relações de produção na agroindústria açucareira são bastante complexas, devido às múltiplas atividades produtivas em que se subdivide e organiza a reprodução do capital agroindustrial. A divisão social do trabalho e a interdependência das atividades produtivas nos canaviais e usinas transformam a agroindústria num complexo social (político-econômico) fundado na reprodução do capital agroindustrial. No processo de formação e expansão dessa agroindústria, o capital agrário foi subsumido pelo capital industrial. Ao mesmo tempo, este ganhou características singulares, assinalados pela sazonalidade do processo produtivo, pelas peculiaridades sazonais do ciclo de reprodução do capital agroindustrial; e não simplesmente industrial ou agrário.

São as peculiaridades do ciclo de reprodução do capital industrial que estão na base das peculiaridades da força de trabalho exigida por ele. Junto com a divisão dos trabalhadores em residentes e não residentes está a divisão dos trabalhadores permanentes e temporários. Devido às condições de produção nessa agroindústria, há sempre uma parte da mão-de-obra que está ou disponível ou a migrar diretamente das periferias das cidades aos locais de trabalho nos canaviais e usinas. Devido às condições de produção na agroindústria açucareira, o seu proletariado apresenta peculiaridades ou diferenciações secundárias que precisam ser registradas pela análise. A forma pela qual se desenvolve a divisão social do trabalho, na lavoura e na usina, nas relações entre a produção agrária e a industrial, ao longo das épocas de safra e entressafra, faz com que as relações de produção na agroindústria açucareira não sejam exatamente homogêneas ou semelhantes para todo o proletariado.

Em primeiro lugar, a sucessão das atividades relacionadas com o preparo da terra para o plantio, o plantio, a carpa, o corte da cana, o seu transporte, a moagem etc., faz com que o volume da força de trabalho empregada varie bastante ao longo das épocas, principalmente na safra, quando há ampla ocupação, e na entressafra, quando a ocupação se reduz bastante. Isso significa que cresce e decresce a massa de trabalhadores no curso de um ano agrícola, ou no curso do ciclo do capital agroindustrial. Em geral, a safra vai de junho a dezembro. Disso resulta que os trabalhadores se dividem em permanentes e temporários, tanto nos canaviais como nas usinas.

Em segundo lugar, os trabalhadores são divididos em residentes e não-residentes. Devido à extensão e à intensificação da exploração da terra, tecnologia e força de trabalho, o usineiro e o fazendeiro (às vezes a mesma pessoa, família ou grupo econômico) reduzem a um mínimo as famílias de trabalhadores residentes nas suas terras. Razões econômicas e políticas, principalmente desde 1960, fazem com que os trabalhadores e os seus familiares sejam expulsos das terras das empresas, usinas, fazendas e sítios. Daí porque os trabalhadores são também divididos em residentes e não-residentes. Os não-residentes podem residir nas periferias de Sertãozinho ou outras cidades e vilas. Cruz das Posses, distrito de Sertãozinho, é uma espécie de reservatório de mão-de-obra permanente e temporária para as usinas e os canaviais. Da mesma forma são os bairros Alvorada, São João e outros, da cidade de Sertãozinho. Na época da safra, o trabalhador, não-residente e temporário, vem também de outros municípios e Estados.

Em terceiro lugar, o trabalhador residente habita uma casa da usina ou fazenda. Não paga aluguel ou o aluguel é simbólico. Paga a luz, tem direito de plantar pequena horta, alguma árvore frutífera, ter galinhas. E claro que essas condições diferenciam significativamente o trabalhador residente (permanente, pois) do não-residente. Este apenas recebe salário: vem e volta, à usina ou à lavoura todos os dias, mesmo quando é permanente. Independentemente dos níveis salariais, é inegável que um e outro se configuram como dois estratos distintos no seio do proletariado. Em termos de salário, o não-residente, ou bóia-fria pode até ganhar um pouco mais do que o residente. Mas este recebe a moradia e às vezes, algumas outras vantagens, em comparação com o outro. A casa e a assistência social, na usina por exemplo, atam o trabalhador de forma muito especial.

Em quarto lugar, quem reside na cidade possui perspectivas e relações, ou horizonte cultural, distintos de quem reside os núcleos residenciais (colônias) das usinas e fazendas. O assalariado residente, mesmo quando motorista ou funcionário de escritório, é um pouco um "súdito" do usineiro ou fazendeiro. Há movimentos seus, ou relações social (político ou outras) que são controlados, proibidos, permitidos ou tolerados. É diversa a situação do que habita em Sertãozinho. Um está sob a influência do usineiro, ou fazendeiro; o outro está sob a influência do prefeito, da câmara de vereadores, do vigário, do delegado de polícia, do sindicato, do partido.

Em quinto lugar, o proletariado da agroindústria açucareira está disperso no espaço ecológico. Distribui-se em "colônias", ou núcleos residenciais, de vários tipos (antigas e novas, boas e más, etc.) dispersos nos amplos espaços verdes dos canaviais e usinas; também distribui-se nos bairros e lugares da área urbana de Sertãozinho (São João, Alvorada, Shangri-lá etc.) e de outras cidades. Essa dispersão ecológica obviamente é um dado das relações de produção, tanto quanto das condições de convívio e intercâmbio, entre os próprios operários das usinas e canaviais. Eles se reúnem principalmente por ocasião dos jogos de futebol, festas religiosas, festas de abertura de safra, de encerramento de safra etc., em geral feitas, organizadas e patrocinadas pelo usineiro, fazendeiro ou seus prepostos, com os recursos estabelecidos por lei e fiscalizados pelo IAA.

Em sexto lugar, na agroindústria açucareira ocorre a exploração combinada da *mais-valia* relativa e da *mais-valia absoluta*. Na usina, onde tudo está mecanizado, a massa de força de trabalho tem diminuído, em termos relativos, em confronto com o capital empregado em máquinas, equipamentos e organizações. Aí cresce a composição orgânica do capital, isto é, a proporção de tecnologia (máquinas, equipamentos etc.) em face da força de trabalho. Esse é o contexto social e técnico da produção de mais-valia relativa, quando a tecnologia potencia a produtividade da força de trabalho. Mas também se estende a jornada de trabalho na época da safra. Na safra, em geral o funcionamento da usina é ininterrupto. E as turmas de trabalhadores se revezam de 12 em 12 horas. Isso significa que cada operário trabalha as 8 horas normais e mais 4. Esse é o ritmo e a exigência do ciclo da reprodução do capital. Todo o operário é levado a aceitar e a ajustar-se a essas condições. Nesse caso, tende a combinar-se a produção de mais-valia relativa com a de mais-valia absoluta. Na lavoura também combinam-se as duas formas de mais-valia. A mecanização, em sentido lato, se estende: aplicam-se cada vez mais tratores, caminhões, fertilizantes, defensivos etc. Na época da safra, no entanto, a jornada ultrapassa as 8 horas; e o ritmo do trabalho é intensificado. O fato de que o cortador ganha por tonelada cortada, o leva a empenhar-se bastante na faina do corte. Inclusive muitas vezes ele engaja no trabalho de cortar cana a mulher e filhos. O contrato de trabalho por tarefa em geral faz com que o trabalhador trabalhe com a ilusão de que ele pode ganhar mais. Nessa ilusão, ele aplica todas as suas energias, o máximo de tempo possível.

É esse sistema de relações e estruturas que está na base da capacidade do operário rural e industrial da agroindústria açucareira para: negociar; pressionar; unir-se; defender interesses especiais e gerais; formular programas de atuação que correspondem aos seus interesses; elaborar uma consciência própria, articulada ou crítica; etc..